

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

JACSON KACHAN VERCHAI

**AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DAS ASSISTENTES SOCIAIS DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS: O CASO DO
PROGRAMA DE ORIENTAÇÃO E APOIO SÓCIO FAMILIAR.**

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL
DEFENDIDO E APROVADO

EM: 09/08/06


Rosana Maria Gaio
Depto de Serviço Social / CSE

FLORIANÓPOLIS

2006/1

JACSON KACHAN VERCHAI

**AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DAS ASSISTENTES SOCIAIS DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS: O CASO DO
PROGRAMA DE ORIENTAÇÃO E APOIO SÓCIO FAMILIAR.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de
Serviço Social da Universidade
Federal de Santa Catarina como
requisito para obtenção do título
de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Professora Doutora
Claudia Mazzei Nogueira.

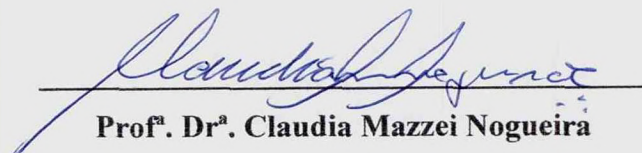
FLORIANÓPOLIS
2006/1

JACSON KACHAN VERCHAI

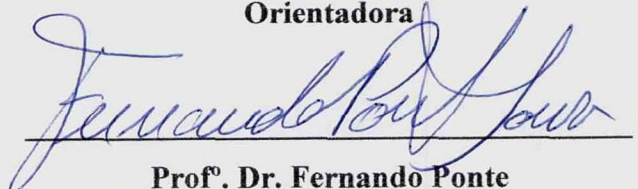
**AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DAS ASSISTENTES SOCIAIS DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS: O CASO DO
PROGRAMA DE ORIENTAÇÃO E APOIO SÓCIO-FAMILIAR**

**Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Departamento de Serviço Social da
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, como requisito para obtenção do título de
Bacharel em Serviço Social.**

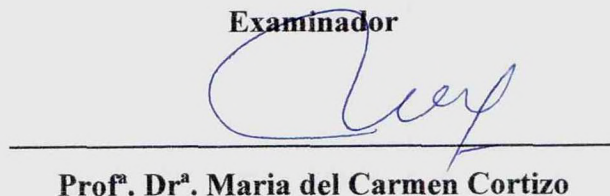
BANCA EXAMINADORA


Prof.ª. Dr.ª. Claudia Mazzei Nogueira

Orientadora


Prof. Dr. Fernando Ponte

Examinador


Prof.ª. Dr.ª. Maria del Carmen Cortizo

Examinadora

Florianópolis, agosto de 2006

AGRADECIMENTOS

Agradeço, antes de tudo, aos companheiros(as) do PSTU pela força, sagacidade e ousadia na militância cotidiana.

A Karine, colega de curso e profissão, companheira de todas as horas e responsável pelos anos mais intensos de minha vida. Pelo sentimento forte, audaz e rebelde, capaz de me fazer repensar inúmeras atitudes e me levantar diante de vários contrapontos. Obrigado por seu amor.

À professora Cláudia, pela paciência, disposição, disponibilidade e persistência durante a orientação deste trabalho, e por ter me proporcionado momentos ímpares de aprendizado.

Devo um agradecimento especial a duas colegas: Bárbara, colega de quarto, de vida e lutas, cujas posturas feministas surraram a opressão de qualquer espaço onde convivemos. E Maria Claudia (sua irmã), pelos inconvenientes e fortuitos momentos de convivência. Um beijo “tche” pra estas gurias do Rio Grande do Sul.

Às Assistentes Sociais e Psicólogas do POASF, pela oportunidade de vivência do processo de trabalho. Em especial as minhas duas supervisoras de campo ao longo do estágio: Cleusa, pela paciência e dedicação no ensino da prática, e Kátia (ou Mamãezi), por me ensinar – por mais que não tivesse esta intenção ou a não percebesse – que a postura profissional é parte determinante do processo de trabalho.

E, por fim, um obrigado especial aos meus pais e irmão, João, Salete e Jeferson, que ousaram não contestar minhas escolhas e, assim, contribuíram para que eu me tornasse o que hoje sou.

**“O vosso tanque, General, é um carro forte
Derruba uma floresta, esmaga cem
Homens,
Mas tem um defeito:
— Precisa de um motorista,**

**O Vosso bombardeiro, general,
É poderoso:
Voa mais depressa que a tempestade
E transporta mais carga que um elefante,
Mas tem um defeito:
— Precisa de um piloto.**

**O homem, meu general, é muito útil:
Sabe voar, e sabe matar,
Mas tem um defeito:
— Sabe pensar”.**

Bertolt Brecht

RESUMO

O presente texto versa sobre as condições de trabalho das assistentes sociais do Programa de Orientação e Apoio Sócio-Familiar – POASF, da Prefeitura Municipal de Florianópolis/SC. A exposição parte da experiência de estágio realizada nesse programa durante os últimos quatorze meses dos anos 2005 e 2006. Para ressaltarmos as atuais condições de trabalho as quais estão expostas estas profissionais, buscamos realizar um breve levantamento das transformações ocorridas no mundo laborativo a partir da década de 1970 até os dias de hoje. Identificamos as mudanças nos modelos de produção, a implementação da política neoliberal e algumas das repercussões desses dois elementos ao cotidiano profissional dos trabalhadores. Em seguida apresentamos — de maneira resumida — a Prefeitura Municipal de Florianópolis, o POASF e a Associação Florianopolitana de Voluntários – AFLOV, organização não governamental responsável pela contratação de um contingente significativo da força de trabalho das assistentes sociais da Prefeitura. Posteriormente, realizamos uma exposição de alguns aspectos relacionados ao processo de trabalho das assistentes sociais do POASF, entre estes: carga horária semanal, remuneração, contrato de trabalho e condições físicas para o exercício da prática profissional. Utilizamos o princípio da pesquisa participante definida por Gil (1999) e realizamos uma coleta de dados junto às chefias de alguns programas sociais da Prefeitura e AFLOV. Nossa avaliação sobre os dados coletados, e a realidade de trabalho observada, parte da análise teórica de Serra (1998), Antunes (1997, 2002), Iamamoto (1999, 2001), entre outros autores utilizados ao longo do trabalho. Os resultados demonstram uma situação de precarização ecentuada das condições de trabalho dessas profissionais: ambiente físico de trabalho insalubre, valorização salarial irrisória, relações contratuais instáveis e a ausência de uma política de qualificação profissional marcam, dentre outros fatores, o processo de trabalho das assistentes sociais do POASF. Constatamos, ainda, o crescente processo de terceirização da força de trabalho das assistentes sociais na Prefeitura e no programa estudado, consequência da relação de “apadrinhamento político” e do impulso ao crescimento de organizações do terceiro setor que cumprem o papel de empresas terceirizadoras na Prefeitura Municipal de Florianópolis.

Palavras-chave: Precarização do trabalho, Terceiro Setor e Prática Profissional.

LISTA DE SIGLAS

ABONG	Associação Brasileira de ONGs
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
DE	Dedicação Exclusiva
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPUF	Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis
LA	Liberdade Assistida
ONG'S	Organizações Não Governamentais
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PFL	Partido da Frente Liberal
PM	Polícia Militar
PMF	Prefeitura Municipal de Florianópolis
PMSJ	Prefeitura Municipal de São José
POASF	Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar
PSDB	Partido Social Democrata Brasileiro
SCAIFDS	Secretaria Municipal da Criança, Adolescente, Idoso, Família e Desenvolvimento Social
SINTRASEM	Sindicato dos Trabalhadores do Município de Florianópolis
SMS	Secretaria Municipal de Saúde
SUSP	Secretaria Urbana de Serviços Públicos

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição das assistentes sociais terceirizadas entre os três principais programas do Complexo Ilha da Criança.....	46
Gráfico 2 – Carga Horária Semanal das assistentes sociais do POASF.....	48
Gráfico 3 – Característica do vínculo empregatício das assistentes sociais do POASF.....	55
Gráfico 4 – Comparativo das contratações de assistentes sociais realizadas pela AFLOV nas gestões Ângela Amin e Dário Berguer.....	56

LISTA DE QUADROS

Quadro I – Número de assistentes sociais terceirizadas, concursadas e de estagiários de serviço social nos programas do Complexo Ilha da Criança – PMF.....	42
Quadro II – Condições salariais das assistentes sociais concursadas (PMF) e das terceirizadas (AFLOV) no ano de 2002.....	51
Quadro III - Condições salariais das assistentes sociais concursadas (PMF) e das terceirizadas (AFLOV) no ano de 2006.....	51

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
1 AS ALTERAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO A PARTIR DA DÉCADA DE 1970	14
1.1 APONTAMENTOS SOBRE A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITALISMO.....	14
1.2 – O MODELO JAPONÊS.....	20
1.2.1 – Algumas implicações para a classe trabalhadora.....	23
1.3 – NEOLIBERALISMO E ALGUMAS DE SUAS IMPLICAÇÕES.....	26
1.3.1 Neoliberalismo no Brasil.....	29
2 AS CONSEQUÊNCIAS DAS METAMORFOSES DO TRABALHO PARA AS TRABALHADORAS DO SERVIÇO SOCIAL NO PROGRAMA DE ORIENTAÇÃO E APOIO SÓCIO-FAMILIAR	33
2.1 CONTEXTUALIZANDO A PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS – PMF.....	33
2.1.2 A PMF e a AFLOV – Associação Florianopolitana de Voluntários: uma parceria lucrativa à burguesia local.....	35
2.1.3 O Programa de Orientação e Apoio Sócio-Familiar – POASF: características do Programa e das atividades das assistentes sociais.....	39
2.2 UM RECORTE SOBRE AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DAS ASSISTENTES SOCIAIS DO POASF	43
2.2.1 A terceirização e algumas das suas implicações imediatas.....	44
2.2.2 Condições de trabalho.....	47
2.2.3 Valorização Salarial.....	50
2.2.4 Atribuições profissionais: trabalho atribuído X trabalho realizado.....	52
2.2.5 Algumas indicações referentes ao contrato de trabalho das assistentes sociais.....	54
CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS	60
APÊNDICES	64
ANEXOS	66

APRESENTAÇÃO

Trabalho: palavra que emana inúmeros sentidos, interpretações, defesas e, mais ainda, reflexões. Que dizer do trabalho do assistente social, trabalhador cuja produção é muito questionada? Trata-se, ainda, de uma profissão majoritariamente feminina – portanto, exposta à opressão e exploração de forma mais acentuada – cujo cotidiano profissional se efetiva em um espaço cada vez mais privado que público e cujas atribuições profissionais se confundem de acordo com seu contratante. Tal complexidade da composição do processo de trabalho das assistentes sociais já nos garante um possível objeto de estudo.

Porém, a complexidade do trabalho das assistentes sociais é tão, ou mais, ampla que seu processo de inserção e permanência no mercado de trabalho. Desvendar a política de seus empregadores e a “construção” de suas condições para a prática do exercício profissional no marco da relação *Capital X Trabalho* só é possível a partir de um olhar de dentro do cotidiano dessas profissionais. Olhar apoiado por um processo de interlocução, amparado pelo embasamento teórico que a Academia oferece.

Esta é a proposta desse trabalho: fornecer uma visão geral da situação profissional das assistentes sociais do POASF – PMF, no tocante a alguns aspectos-chaves do exercício profissional.

No primeiro Capítulo, são apresentados alguns conceitos norteadores deste estudo. Tem-se a fundamentação teórica referente à prática profissional. Compreender esta questão implica em trazer a tona o histórico da precarização das condições de trabalho, marcadas pelos ataques do Capital contra o Trabalho em meio a um cenário envolto pela luta de classes no Brasil e no Mundo. Encerramos o primeiro Capítulo levantando algumas características do neoliberalismo, assim como suas implicações — de maneira geral — à classe trabalhadora.

Tal proposta de conclusão de curso surge a partir do estágio realizado no Programa de Orientação e Apoio Sócio-Familiar – POASF, vinculado à Prefeitura Municipal de Florianópolis.

O POASF pode ser caracterizado como um programa previsto pelo Estatuto da

Criança e do Adolescente – ECA, como medida de proteção à criança e ao adolescente. O programa orienta e apóia famílias encaminhadas pelos Conselhos Tutelares (setor Ilha e Continente) e pela Vara da Infância e da Juventude.

Durante a prática do estágio, foi possível identificar aspectos referentes ao processo de trabalho das assistentes sociais, entre estes: as condições físicas de trabalho, a remuneração, as discussões e embates da categoria, o processo de inserção do serviço social, dentre outros aspectos.

O processo de interação com a categoria e a observação do processo de trabalho marca a metodologia utilizada neste trabalho. Este “olhar” sobre a categoria toma forma de pesquisa participante, que

[...] responde especialmente às necessidades de populações que compreendem operários, camponeses, agricultores e índios — as classes mais carentes nas estruturas sociais contemporâneas — levando em conta suas aspirações e potencialidades de conhecer e agir. É a metodologia que procura incentivar o desenvolvimento autônomo (autoconfiante) a partir das bases e uma relativa independência do exterior (BORBA apud GIL, 1999: 47).

Todas as informações, incluindo os dados sobre as condições de trabalho que envolvem as assistentes sociais do POASF foram coletadas junto às chefias dos programas sociais da PMF e à gerência da Associação Florianopolitana de Voluntárias – AFLOV. A observação participante realizada junto ao POASF, e demais programas do Complexo Ilha da Criança, foi realizada junto ao programa durante o período de estágio que se estendeu entre junho de 2005 e junho de 2006, totalizando mais de 900 horas de pesquisa (observação).

A observação se desenvolveu segundo os princípios definidos por Chizzoti, quando coloca que:

Observar é destacar de um conjunto (objetos, pessoas, animais, etc.) algo especificamente, prestando, por exemplo, atenção em suas características (cor, tamanho, etc.). Observar um ‘fenômeno social’ significa, em primeiro lugar, que determinado evento social, simples ou complexo, tenha sido abstratamente separado de seu contexto para que, em sua dimensão singular, seja estudado em seus atos, atividades, significados, relações, etc. (1996: 153).

Foram observados diretamente e cotidianamente o processo de trabalho — suas relações e implicações — das assistentes sociais do POASF. Indiretamente foi observado o exercício profissional (e as condições para tal) das assistentes sociais dos demais programas do complexo Ilha da Criança.

Ao final desse trabalho, esperamos contribuir para a abertura da reflexão a respeito das condições de trabalho das assistentes sociais do POASF e da Prefeitura de Florianópolis, proporcionando, também, que estas possam desvendar as tramas do Capital e as possibilidades de enfrentamento aos ataques neoliberais contra os trabalhadores da Prefeitura de Florianópolis. Que esta reflexão deixe o campo das idéias e parta para a construção de propostas políticas concretas (e coletivas) voltadas à valorização, qualificação e, sobretudo, ao respeito para com essas profissionais.

1. AS ALTERAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO A PARTIR DA DÉCADA DE 1970

1.1 APONTAMENTOS SOBRE A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITALISMO

“O mundo do trabalho já não é mais o mesmo!” Esta afirmação partiu da boca de muitos historiadores, filósofos e cientistas políticos a partir da década de 1970. Notoriamente, muitas foram as razões para que se consolidasse tal afirmação.

Segundo Lipietz:

[...] a partir da primeira revolução industrial até a primeira guerra mundial prevaleceu nas primeiras grandes economias capitalistas um regime de acumulação predominantemente extensivo, centrado sobre a reprodução ampliada dos bens de produção (1988: 49).

O início do século XX é marcado por uma série de revoluções ou transformações sociais que sacudiram o mundo, destaca-se aqui a Rússia (1905), o México (1910) e a China (1911). Além disso, se via um crescimento do movimento operário Europeu e Norte Americano e uma onda de regimes “socialistas” que passaram a povoar o planeta. Tudo isso juntamente com a primeira guerra mundial.

A partir do pós-guerra (década de 1920), podemos perceber que a organização do trabalho ganha uma maior importância. Um dos fatores que contribuiu para o aumento da força de trabalho foi o número de militares que retornavam do batente.

Mais à frente, na década de 1930 — primeiramente nos Estados Unidos e posteriormente desencadeada mundialmente — ocorre uma enorme crise fruto do descompasso que envolve a tecnologia e os seus instrumentos de regulação. A tecnologia se expande e evolui mais rápido que seus métodos de controle (ou gerenciamento), resultando em uma produção maior e sem destino¹. Foi somente a partir da segunda guerra mundial que, galgados em uma política de guerra que se amparava nos projetos econômicos e financeiros

¹ Sem destino, pois não havia demanda suficiente para esta produção.

que os Estados Unidos passaram a firmar suas bases para a conquista de sua hegemonia industrial.

Passada a crise do pós-guerra, o capitalismo passa a usufruir os seus “anos de ouro”. Com o fordismo consolidado e uma produção em massa amparada pelo consumo, abre-se um espaço perfeito para a instauração do Welfare State². Assim, estes “anos dourados” do capitalismo, situados entre o fim da Segunda Guerra Mundial e o início dos anos 1970, propiciam aos países centrais um crescimento econômico incomparável a qualquer época da história do capitalismo.

Coggiola situa, de maneira geral, este período que se encontra entre o pós-guerra e o início da década de 1970:

Durante a década de 30 o volume do comércio mundial caiu como nunca em qualquer depressão precedente: houve isolamento relativo das grandes economias nacionais e a formação dos blocos que conduziram à Segunda guerra mundial. Durante a guerra, os gastos armamentistas impulsionaram a recuperação econômica. Entre o começo dos anos 1950 e os anos 1970, o comércio mundial de manufaturados foi multiplicado por dez, mas a “mundialização” da economia foi mais internacional do que transnacional (2002: 369).

É importante salientar que, já na década de 1960, os ganhos oriundos da produção, até então crescentes, começam a cair. É a partir desse ponto que acentuadas transformações — além das proporcionadas pelo fordismo — ocorrem no mundo do trabalho.

Hobsbawm faz uma análise inicial dessas transformações:

De fato, na década de 1970 observadores começaram a chamar a atenção para uma “nova divisão internacional do trabalho”, ou seja, uma maciça transferência de economias industriais que produziam para o mercado mundial, da primeira geração de economias industriais, que antes as monopolizavam, para outras partes do mundo (1995: 354).

² Compreendemos o conceito de Welfare State “como a mobilização em larga escala do aparelho de Estado em uma sociedade capitalista a fim de executar medidas orientadas diretamente ao bem-estar de sua população” (MEDEIROS, 2001: 2).

Estruturado de uma maneira geral o histórico desta crise, desde o início do século XX até meados da década de 1970, é importante destacar algumas razões pelas quais se iniciou — ou se formou — esta chamada “crise estrutural do capitalismo”. Para tanto, é preciso conhecer aquilo que motivou e como se constituiu o que chamamos de fordismo.

Logo no início do século XX, Henry Ford substitui a produção artesanal pela produção em massa dentro da indústria automotiva. Seus objetivos ao implantar tal modelo de produção iam ao encontro daquilo que Frederick Taylor chamou de *organização científica do trabalho*, ou seja, reduz-se ao máximo o tempo morto do trabalho, dinamiza-se a produção e se tem como resultado um grande volume produzido a baixos custos. Assim, incorporando a doutrina de Taylor à produção, o então jovem Henry cria um regime de produção conhecido hoje como fordista-taylorista.

Assim, a conduta dos trabalhadores deveria se restringir ao chão de fábrica, ao maquinário, enquanto a elaboração, criação e todo o trabalho intelectual ficaria nas mãos dos diretores e gerentes, fazendo com que estes mesmos trabalhadores, acostumados até então a um trabalho artesanal, de repente se vissem desprovidos do raciocínio e da elaboração no processo de produção. Dessa forma, a produção artesanal, caracterizada pela conciliação de trabalho intelectual e manual, foi deixada para trás.

De acordo com Antunes, o fordismo pode ser entendido da seguinte forma:

[...]entendemos o fordismo *fundamentalmente* como a forma pela qual a indústria e o processo de trabalho consolidaram-se ao longo deste século, cujos elementos constitutivos básicos eram dados pela produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos; através do controle dos tempos e movimentos pelo cronômetro fordista e produção em série taylorista; pela existência do trabalho parcelar e pela fragmentação das funções; pela separação entre *elaboração* e *execução* no processo de trabalho (1997: 17).

Esse tipo de produção implantou-se nos Estados Unidos, tornando-a vanguarda da produção em massa e também no consumo desse mesmo porte.

Mas, será nos anos de 1970 que esse padrão de produção enfrentará seu esgotamento, desencadeando uma acentuada crise. Em seus contornos gerais, as principais razões que levaram a esse momento crítico do fordismo, segundo Harvey (2005: 135-136) foram as seguintes:

- Incapacidade em dar respostas a diminuição do consumo que não acompanhava mais a produção em massa;
- O crescimento e expansão da esfera financeira em relação aos capitais produtivos, dando um espaço gigantesco à especulação;
- Uma crise fiscal do Estado, tendo como marca principal a crise do *Welfare State*, ou “Estado de bem Estar Social”;
- O aumento das privatizações e a conseqüente desregulamentação e flexibilização da força de trabalho.

Cabe lembrar que vinha ocorrendo, por volta de 1945, a intensificação das lutas sociais, fazendo o valor da força de trabalho aumentar, desencadeando uma profunda queda na taxa de juros, o que também contribuiu para o desencadeamento da crise do fordismo.

Portanto, podemos perceber que a “crise do fordismo” é uma expressão da própria crise estrutural do Capital. Conforme Alves:

Na verdade, a crise para o Capital não pode ser considerada uma forma anormal de desenvolvimento, mas é a própria forma de desenvolvimento de seu sistema sócio metabólico (2004: 33).

Sobre o mesmo assunto, o dicionário do Pensamento Marxista, elaborado por Bottomore, nos coloca o seguinte:

[...] é preciso distinguir as *crises gerais*, que envolvem um colapso generalizado das relações econômicas e políticas de reprodução, das *crises parciais* e dos ciclos econômicos, que constituem um traço regular da história do capitalismo. Na produção capitalista o desejo individual de lucro colide periodicamente com a necessidade objetiva de uma divisão social do trabalho. As crises parciais e os ciclos econômicos são apenas um método intrínseco ao sistema de reintegrar esse desejo e essa necessidade (2001: 85-86).

Ainda, é importante ressaltar que o fordismo/taylorismo não se restringiu apenas aos aspectos da produção de bens de consumo. Sobretudo, este tipo de modelo teve influência e participação concreta na questão estatal. O modo de produção em si não suportaria o montante

de trabalhadores — nem sempre satisfeitos com seus salários — muito menos daria conta de tratar das políticas voltadas para a venda e o consumo em massa. Sobre o papel do Estado durante este período, Harvey destaca o que segue:

O Estado, por sua vez, assumia uma variedade de obrigações. Na medida em que a produção de massa, que envolvia pesados investimentos em capital fixo, requeria condições de demanda relativamente estáveis para ser lucrativa, o Estado se esforçava por controlar ciclos econômicos com uma combinação apropriada de políticas fiscais e monetárias no período pós-guerra (2005: 129).

Dessa forma, o Estado, além de sua função citada acima, passa a dirigir parte significativa de suas políticas para áreas de investimento público, como o setor de transporte, por exemplo. Assim, garantia as condições favoráveis e necessárias para o crescimento da produção e do consumo em massa, além de garantir a plenitude relativa do emprego.

Apesar de toda a dedicação e esforço do Estado, este não foi capaz de manter estável a hegemonia do modelo fordista.

No início dos anos 1970, os trabalhadores viam desqualificadas suas funções, devido às restrições na “maneira de produzir” imposta pelos capitalistas. Estes, sempre preocupados em manter seus lucros astronômicos, massificam cada vez mais a produção e o número de trabalhadores ocupados na mesma função. Deste modo, agrupavam um número muito grande de trabalhadores. Assim, essa massificação provocada pelo padrão de acumulação passa a ter repercussão na consciência dos trabalhadores que, percebendo a homogeneização da sua condição de existência, passam a manifestar suas reivindicações.

A partir desse ponto, as eclosões das manifestações operárias acontecem diante do modelo fordista/taylorista. Revoltas que, em muitos casos, passavam das reclamações das condições de trabalho à exigência do controle social da produção³.

Nesse momento os trabalhadores realizam o feito extraordinário de desconstrução da construção ética elaborada pelo fordismo/taylorismo, denunciando o que era pregado como virtude: a organização dos trabalhadores em seus postos e a hierarquização.

³ Sobre este tema dedicaremos parte do ponto seguinte deste trabalho.

No entanto, essa ofensiva da classe trabalhadora não foi suficiente para se converter em um projeto de sociedade contrário ao Capital.

Sobre este fato Antunes cita Bernardo para explicar que:

Por não conseguir superar essas limitações, apesar de sua radicalidade, a ação dos trabalhadores enfraqueceu-se e refluíu, não sendo capaz de se contrapor hegemonicamente à sociabilidade do capital. Sua capacidade de auto-organização, no entanto, “perturbou seriamente o funcionamento do capitalismo”, constituindo-se num dos elementos causais da eclosão da crise dos anos 70 (1996: 19).

Além dessa reação dos trabalhadores, o declínio do modelo fordista/taylorista também foi marcado por inúmeras deficiências inerentes em si próprio: a inflexibilidade do trabalho e a ritmidade foram fatores geradores de desperdício e de produtos defeituosos. A manutenção dos grandes estoques e as constantes reparações não agregavam valor ao produto. Além disso, a adaptação do maquinário, quando da troca de produto a ser construído, gerava muitas despesas.

Enfim, a introdução dos microprocessadores à produção, as dificuldades fiscais do Estado em manter o *Welfare State*, a aceleração do processo inflacionário e a entrada em cena dos produtos japoneses acabaram por “enterrar” o até então vigente modelo de produção, fazendo diminuir consideravelmente a lucratividade dos americanos e europeus.

Muitas foram as tentativas para superar essas deficiências: Na Suécia (com a Volvo) buscou-se “acabar” com o trabalho rotineiro das esteiras — afim de motivar os operários — construindo grupos de operários que desenvolviam tarefas manuais e intelectuais. Nos Estados Unidos (com a G.M. – General Motors) foi instituído o programa Q.W.L., *Quality of Work Life*, que se caracterizava pela composição de grupos de trabalho que realizavam ciclos mais longos de trabalho. As condições empresariais tornaram ambas experiências inconsistentes (HOBBSAWN, 1995: 394-395).

Os estadunidenses, na tentativa de superar a concorrência japonesa, viram-se forçados a pedir socorro ao Estado, como ocorreu com a Chrysler.

É a partir desse contexto que o capital dá início a sua reestruturação produtiva, marcada pelo neoliberalismo⁴ e pelo toyotismo, estratégias contidas de uma mesma processualidade.

Recrutar o trabalhador, foi esta uma das palavras de ordem adotadas pelo Capital neste novo momento, onde precisava retomar a lucratividade e o conseqüente aumento do consumo. O trabalhador (agora) precisaria ser ambicioso e “necessitado” de bens e *status*. É preciso convencer o trabalhador a “vestir a camisa” da empresa, sentir-se parte dela e persuadi-lo que sua participação é imprescindível ao funcionamento da mesma. O uso do discurso da tecnologia aliada do trabalhador torna, estes, quase cúmplices dos ideários capitalistas.

Trazendo alguns aspectos da produção artesanal, o Capital mostra ao trabalhador que ele é “capaz e merecedor”. Capaz de pensar e produzir e merecedor de tudo o que o mercado tem a oferecer.

A seguir, veremos, introdutoriamente, o que foi o modelo japonês de produção que tanto mexeu com o mundo do trabalho e comandou o que chamamos de reestruturação produtiva.

1.2 – O MODELO JAPONÊS

O toyotismo, ou modelo japonês, teve em Taiichi Ohno (engenheiro da Toyota) seu ícone e maior formulador. Esse novo modelo de acumulação recebeu de Harvey o nome de *acumulação flexível*, que é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo, envolvendo rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores, como entre regiões geográficas (HARVEY, 2005: 140).

Os japoneses, após observar a *época de ouro* dos estadunidenses e parte dos europeus, viam sob suas vistas duas questões fundamentais: a primeira delas diz respeito a como entrar num mercado tão disputado e dominado pelas empresas americanas; a segunda em como produzir em pequena quantidade, com baixos custos, e ter um produto final com um valor acessível aos consumidores.

⁴ Este conceito será melhor apresentado no próximo ponto deste trabalho.

Em resposta a essas questões, um novo padrão de produção — o toyotismo — é adotado pelo modo de produção capitalista. O toyotismo tem como uma de suas características básicas a formação de equipes de trabalho nas empresas, acabando com o processo individualizado típico do fordismo. Estas equipes teriam sob sua responsabilidade um conjunto de tarefas — elaborado pela patronal ou gerência — que teriam de cumprir. A diferença para outras experiências ocorridas na Europa — no que concerne ao trabalho em grupo ou por unidades de produção — é que esses grupos teriam a “liberdade” para estabelecer seu programa de trabalho e atividades. Dessa forma, esse novo modelo de produção passa a impor suas condições subjetivas de trabalho, ao afirmar que os trabalhadores teriam autonomia intelectual na produção.

Esse fetiche da participação intelectual dos trabalhadores se contradiz com o estabelecimento de metas, principalmente vinculadas à qualidade dos produtos. O trabalhador era “livre” para decidir sobre seu ritmo de trabalho desde que se adequasse às metas da empresa. Essa “liberdade” tinha um significado muito lucrativo às empresas, uma vez que a possibilidade de reparo e manutenção se dava dentro dos grupos de trabalho. Dessa forma, eliminava-se o setor de reparos e manutenção ao final da produção (DIAS, 2001: 5-7).

A característica do operário padrão muda: de “braço mecânico”, ritmado e sistemático, ele precisa se tornar polivalente, capaz de operar várias máquinas ou realizar várias atividades num curto espaço de tempo.

Esse tipo de trabalho flexível permite uma espécie de flexibilização e rapidez aos ajustes necessários à produção. Já não é mais necessário mudar um conjunto de engrenagens para se alterar o produto, uma vez que o maquinário é tão volátil quanto o operário.

O toyotismo conseguiu acabar com o tempo morto do fordismo — que se vangloriava em ter acabado com o tempo morto típico da produção artesanal —, gerando um aumento de trabalho com base na relação *horário de trabalho X horário produzido*⁵.

Outra vantagem aos capitalistas que este modo de produção criou foi a composição de lotes menores. Ora, como adquirir vantagens sobre uma produção reduzida? Simples, a produção de lotes menores implicava em produtos com uma enorme variabilidade e com custos diferenciados a serem estabelecidos pela equipe de *marketing* da empresa. Estes

⁵ Desta relação deduzimos que o operário passa a permanecer mais tempo em atividade dentro do seu horário legal de trabalho.

pequenos lotes eram desenvolvidos de acordo com o gosto do consumidor. Assim, passaram a acompanhar a demanda a partir de um olhar estratégico dos capitalistas.

O fim dos estoques dentro das fábricas é outra característica do modelo japonês. Desta forma foram extintas as reservas de matéria prima e dos produtos manufaturados. Assim, com vistas à velocidade e ao dinamismo na produção, adota-se o sistema *Just in Time*, definido da seguinte forma:

Just in time é um neologismo, expressão que em português significa *bem na hora*, e define um método de produção. De forma oposta ao taylorismo, característico do toyotismo, o *Just in Time* é um sistema de produção em que o produto ou matéria prima chega ao local necessário, para seu uso ou venda, sob demanda, no momento exato em que for necessário. Fabricar e entregar produto apenas a tempo de ser vendido, submonta-los apenas a tempo de monta-los nos produtos acabados, para fazer peças a tempo de entrar nas submontagens e, finalmente adquirir materias apenas a tempo de serem transformados em peças fabricadas. Fabricar somente aquilo que você vende, de preferência que vendam primeiramente [...]. (http://pt.wikipedia.org/wiki/Just_in_time > acesso em 22 de maio de 2006, às 10:00 horas).

A introdução da tecnologia avançada foi marca inegavelmente marcante deste modelo. Praticamente todas as empresas e indústrias adotaram um maquinário muito moderno, capaz de substituir um número considerável de trabalhadores. Assim, o que seria uma premissa para o avanço da qualidade de vida da humanidade, passa a ser — por meio de seus proprietários — uma ameaça ao emprego de milhares de trabalhadores.

No que diz respeito aos preceitos “éticos” desse modelo de acumulação, os empreendedores japoneses trataram de se agilizar. Introduziram o conceito de *qualidade total*, onde os trabalhadores são forçados a discutir seus desempenhos e trabalho, afim de progredirem cada vez mais para a empresa, mas sem nenhum progresso salarial para eles mesmos.

Essa situação traz sérias implicações para a classe trabalhadora, o que desenvolveremos no item seguinte.

1.2.1 – Algumas implicações para a classe trabalhadora

A construção de conjuntos industriais novos por todas as partes e o aumento do setor de serviços — como já citamos anteriormente — fez com que, inicialmente (até meados de 1975), o número de empregados se mantivesse estável. No entanto, com o decorrer da implementação do toyotismo por todo o mundo, não foi esta a realidade que se observou.

O mercado de trabalho, por exemplo, passou por uma radical reestruturação. Diante da forte volatilidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro, os patrões tiram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão-de-obra excedente (desempregados ou subempregados) para impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis [...]. Mais importante do que isso é a aparente redução do emprego regular em favor do crescente uso do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado (HARVEY, 1995: 143).

Assim, diminui-se o emprego regular e se aumenta o uso do trabalho do operário, aumentando a exploração e a conseqüente extração da mais valia⁶.

Se pensarmos de acordo com a lógica empresarial, o aumento da produtividade consiste em maior quantidade e melhor qualidade ao menor custo possível. Muitas são as formas encontradas pelas empresas para atingir este objetivo: o corte de funcionários, o aumento da carga horária dos trabalhadores sem um aumento proporcional aos salários, a utilização da tecnologia avançada, com maquinários mais rápidos e eficientes, entre outros.

Outra característica importante desse período, com conseqüências imediatas ao cotidiano dos trabalhadores — característica, está, já prevista por Marx — foi a “morte do campesinato”. Une-se o “poder gerencial”, advindo da concentração de capital, e o “instrumento” necessário para substituir os trabalhadores camponeses. Ou seja: com o advento do maquinário moderno (“instrumento”) e a formação dos conglomerados empresariais

⁶ Sobre a mais valia, Marx nos explica que o capitalista: “Primeiro, quer produzir um valor de uso que tenha um valor de troca, um artigo destinado à venda, uma mercadoria. E segundo, quer produzir uma mercadoria de valor mais elevado que o valor conjunto das mercadorias necessárias para produzi-la [...]. Além de um valor-de-uso quer produzir mercadoria; além do valor-de-uso, valor, e não só valor, mas também valor excedente (**mais valia**)” (MARX, K. O Capital, Parte III. Cap. VII. Vol. I. Disponível em: <www.marxists.org.br>. Acesso em: 28 de maio de 2006).

(“poder gerencial”) com seu poder de compra multiplicado, a tendência da diminuição do trabalho humano no campo se acentuou. O impacto sobre a agricultura familiar foi gigantesco. Em alguns países ela se extinguiu quase por inteiro, obrigando um percentual considerável de famílias camponesas a migrar aos grandes centros industriais em busca de emprego.

Alguns dados podem ilustrar melhor esta realidade: no Japão os camponeses passaram de 52,4% da população em 1947 a 9% em 1985. Na América Latina o número de camponeses caiu pela metade em vinte anos na Colômbia (1951-73), no México (1960-80) e no Brasil (1960-80). Ainda, na Argélia, os camponeses foram de 75% da população, para 20%; na Tunísia, de 68% para 23%, ambos em aproximadamente 30 anos (HOBSBAWN, 1995: 285).

Dessa forma, o êxodo rural passa a ser um dos pontos marcantes na vida dos trabalhadores neste último quarto de século.

No que se refere aos salários desses novos trabalhadores, o ideário toyotista, ao exigir uma força de trabalho com novas qualificações, usou do desemprego e da redução de salários para aumentar seus percentuais de lucro. A remuneração por produção foi outra marca registrada pelo modelo japonês: cada trabalhador possuía um salário base (relativamente pequeno) que era acrescido de um adicional de acordo com a produção individual ou de seu grupo de trabalho.

Uma das implicações dessa relação de trabalho — remuneração por meta — é a subordinação maior aos chefes, que passam a controlar, de maneira mais rígida, seus operários. O trabalhador precisava ter basicamente três dotes: a agilidade, a obediência e a participação — envolvimento — junto à empresa.

Cada grupo, ou equipe de trabalho, por ser responsável por sua própria *linha de produção*, também ficava responsável pela sua auto fiscalização. Assim, um operário era responsável pela fiscalização de seu companheiro de serviço. A implicação imediata aos trabalhadores era de certa forma subjetiva — tendo em vista a desconfiança permanente — e ao mesmo tempo objetiva, com a constante cobrança por qualidade, produção e velocidade.

Apesar de todas as mudanças já apresentadas, é impossível deixarmos de citar as transformações ocorridas e relacionadas ao uso da força de trabalho feminina. Sua utilização se vincula ao discurso de uma *qualidade típica às mulheres*, voltada ao perfeccionismo nos trabalhos manuais ou na sua *capacidade de obediência*.

Em verdade, os termos grifados a cima servem para percebermos o quanto o discurso machista⁷ estava presente — e ainda hoje está — na ideologia empresarial burguesa que visava, por meio do uso dessa força de trabalho e da opressão, garantir maior produtividade a um menor custo.

Hirata faz uma relação entre a utilização dos ciclos de qualidade e a divisão sexual do trabalho:

No que diz respeito à *divisão sexual do trabalho*, as atividades do círculo de controle de qualidade não se distinguem das formas tayloristas de controle operário. A supervisão estrita da hierarquia é a regra para as mulheres, *mesmo durante os períodos de atividade dos círculos*. As reuniões podem ser uma oportunidade de repressão direta das mulheres pela hierarquia masculina e servem, sobretudo, para controlar a qualidade de seu trabalho e a obediência aos procedimentos e às regras de produção (2002: 41).

Enfim, o capital prossegue seu percurso destrutivo retirando, cada vez mais, o *tempo de viver* da classe trabalhadora. Adota-se o modelo flexível de trabalhadores, passíveis de rotação ou substituição, em detrimento de uma leva gigantesca de trabalhadores desempregados.

Sobre esta situação, Harvey nos coloca, a partir de uma visão um tanto quanto moderada, o que segue:

Esses arranjos de emprego flexíveis não criam por si mesmos uma insatisfação trabalhista forte, visto que a flexibilidade pode às vezes ser mutuamente benéfica. Mas os efeitos agregados, quando se consideram a cobertura de seguro, os direitos de pensão, os níveis salariais e a segurança no emprego, de modo algum parecem positivos do ponto de vista da população trabalhadora como um todo (2005: 144).

Esta passa a ser a realidade dos trabalhadores: mais horas trabalhadas, maior exploração, maior desemprego, maior subordinação à patronal, em contrapartida a menores

⁷ É imprescindível destacarmos que o capitalismo é incapaz de acabar com a opressão feminina e a conseqüente exploração das mulheres trabalhadoras, já que este processo de opressão-exploração é fundamental para o progresso da acumulação capitalista. Dessa forma, a cada vez maior integração da mulher ao mercado de trabalho não significa uma progressão que levará ao fim da opressão (como pregam os movimentos feministas burgueses ou não explorados).

salários, menor segurança no trabalho, menor estabilidade de emprego e menores perspectivas de vida.

Contudo, não podemos pensar em reestruturação produtiva sem considerarmos o neoliberalismo.

1.3 – NEOLIBERALISMO E ALGUMAS DE SUAS IMPLICAÇÕES.

O neoliberalismo pode ser compreendido como um “sistema” político-econômico (criado em meados de 1940) com o fim de adaptar o modelo liberal às condições do capitalismo no século XX e superar a profunda crise no processo de acumulação capitalista então deflagrada.

Segundo Hayek⁸ e outros pensadores neoliberais — Michael Polanyi, Milton Friedman, Karl Popper, Walter Lipman, entre outros — a interferência do Estado na economia (e, assim, na sociedade) com o intuito de gerenciar o *Welfare State* tinha como consequência a destruição da liberdade dos cidadãos e da vitalidade da economia. (ANDERSON, 1995: 10).

A crise do modelo econômico do pós-guerra⁹ foi o ponto de partida objetivo para a implementação da política defendida por Hayek, uma vez que, segundo os neoliberais, as raízes da crise estavam no papel intervencionista do Estado, que, por meio de reformas, estabelecia concessões aos trabalhadores. “O remédio, então, era claro: manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas”. (ANDERSON, 1995: 11).

Segundo Anderson, pode-se definir o neoliberalismo como:

[...] fenômeno distinto do simples liberalismo clássico, do século passado [século XIX]. O neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi

⁸ Friedrich August von Hayek, ideólogo austríaco responsável por sistematizar o pensamento neoliberal. O conjunto desses pensamentos foi exposto por ele em sua primeira obra de grande repercussão, intitulada *O Caminho da Servidão*.

⁹ Estamos nos referindo a década de 1970 quando as baixas taxas de crescimento se combinaram com as altas taxas de inflação, culminando em uma profunda recessão no mundo capitalista.

uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem estar... Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política (1995:9).

✎ Assim, o neoliberalismo impõe a necessidade de defesa de um Estado mínimo em relação aos direitos sociais e trabalhistas e que não intervenha — a não ser quando solicitado, ou em conjunto com o mercado — sobre a economia. Ou seja, um Estado passivo em relação aos lucros dos capitalistas.

A ofensiva contra o trabalho — marca dos modelos de produção já, introdutoriamente, apresentados nesse trabalho — é reforçada pelo neoliberalismo, por meio da flexibilização dos direitos trabalhistas e das terceirizações¹⁰.

Segundo o pensamento neoliberal, para que a liberdade individual se efetive e se mantenha, as leis trabalhistas não devem existir, senão como regulador da dominação do trabalhador pela patronal. Essa degradação das leis trabalhistas permitiria aos capitalistas uma maior flexibilidade no manuseio dos postos de trabalho, na exigência da prática de múltiplas funções aos trabalhadores e, principalmente, no trato das questões salariais e da jornada de trabalho.

É por meio do desmanche dos direitos trabalhistas que a instabilidade empregatícia passa a permear a rotina dos trabalhadores. Este, além da preocupação diária com a labuta, passa a perceber-se ameaçado ininterruptamente de demissão, já que, a qualquer momento, o fim de mais um posto de trabalho pode ser decretado.

✎ A política neoliberal se apropria da democracia como “valor último de uma sociedade para a garantia permanente da liberdade” (BUTLER, 1999: 131). Dessa forma, apenas a “democracia” poderia garantir o progresso do regime capitalista e a ordem do mercado. Este, segundo o pensamento neoliberal, é motor propulsor das relações sociais e eixo central da organização social, estabelecendo as regras da produção e do consumo (BUTLER, 1999: 131).

A liberdade garantida pela democracia, e regulada pelo mercado, tende a garantir (aos capitalistas) uma acumulação máxima e uma concentração de capital capaz de transformar — com o auxílio do Estado, ou não — qualquer norma referente às relações de trabalho.

¹⁰ Esse tema será discutido com relevância no próximo capítulo.

Porém, o discurso da democracia utilizado pelos neoliberais significou uma restrição à participação dos trabalhadores na construção de uma sociedade realmente livre. Enquanto aqueles usufruíam uma participação política barganhada pelo capital, os trabalhadores mergulhavam na falta de condições de vida digna e na ausência de condições materiais que propiciassem uma participação política assídua. Dessa forma, a democracia — compreendida aqui como a forma irrestrita ao acesso dos direitos conquistados — ficou cada vez mais distante da classe trabalhadora.

Além desse leque filosófico conservador, o neoliberalismo se utilizou, e ainda hoje utiliza com muita eficiência, da ideologia da globalização. Em aspectos gerais a globalização visa à unificação de todos os mercados do mundo em torno das mega empresas e corporações transnacionais, em detrimento da soberania dos estados nacionais.

É claro que a ideologia da globalização não é transmitida dessa forma, afinal os neoliberais precisam manter seu discurso de convencimento e assim o fazem da mesma maneira como traduzem a necessidade de seu “sistema”. Assim, a globalização seria mais uma oportunidade para a emancipação do homem, uma vez que ela “acabaria” com as fronteiras entre os países, possibilitando a integração entre todos os povos do mundo. Mais que isso, tornaria todos os produtos disponíveis para qualquer “cidadão” que assim tiver necessidade ou vontade, sem nenhuma forma de preconceito.

Ora, se assim fosse, a humanidade estaria salva da fome, uma vez que todos teriam acesso a tudo. Aqui, o discurso alegre e cercado de valores cristãos — como o livre arbítrio, por exemplo — omite uma informação muito importante: Tudo será disponível a todos *que puderem pagar*.

Outro processo que marca esta ideologia — e é característica fundamental do neoliberalismo — é a *financeirização da economia*¹¹ e o aumento colossal das privatizações. Sobre o empenho do Estado nos processos de privatização, Netto ressalta:

Neste processo de financeirização da economia, vemos também o processo de PRIVATIZAÇÃO que, em verdade, tem em mira a valorização da economia globalizada.

¹¹ Compreendemos a *financeirização da economia* como um processo de acumulação de riqueza (especulada ou não; fictícia ou não) independente do processo de produção de mercadorias.

A razão é simples: para que haja bom investimento do capital estrangeiro, o governo é impelido a valorizar os seus títulos públicos. Com efeito, os papéis desvalorizados não precisam ser revigorados para agradar os investimentos internacionais. Daí vem a privatização das estatais compradas com estes títulos públicos que de “moedas pobres” convertem-se em reais e valorizadas ações de empresas estatais lucrativas (1993: 86).

Dessa forma, podemos perceber que o neoliberalismo, ao mesmo tempo em que quer distância do Estado na regulação de qualquer setor de mercado, precisa de sua participação nos processos de privatização, a fim de ampliar o leque de investimentos não estatais. Esta é uma atitude típica de um estado neoliberal: a transformação de uma empresa pública em privada e largada as especulações. Para Netto,

A grande burguesia monopolista tem absoluta clareza da funcionalidade do pensamento neoliberal e, por isto mesmo, patrocina a sua ofensiva: ela e seus associados compreendem que a proposta do “Estado Mínimo” pode viabilizar o que foi bloqueado pelo desenvolvimento da democracia política – *Estado máximo para o capital* (1993 : 81).

A ofensiva neoliberal não se deu de maneira homogênea em todas as partes do mundo. Vejamos algumas de suas particularidades no Brasil.

1.3.1 Neoliberalismo no Brasil ↵

✕ No Brasil o projeto neoliberal ganha força e impulso a partir do *Consenso de Washington*. Segundo Montaño:

[...] em novembro de 1989 realizou-se uma reunião entre os organismos de financiamento internacional de Bretton Woods (FMI, BID, Banco Mundial), funcionários do governo americano e economistas latino-americanos, para avaliar as reformas econômicas da América Latina, o que ficou conhecido como *Consenso de Washington*. As recomendações desta reunião abarcaram dez áreas: disciplina fiscal, priorização dos gastos públicos, reforma tributária, liberalização financeira, regime cambial, liberalização comercial, investimento direto estrangeiro, privatização, desregulação e propriedade intelectual (2005: 29).

✧ Evilásio Salvador e Ivanete Boschetti destacam, ao final do século XX, as quatro principais características do neoliberalismo que vão de encontro à subsistência da classe trabalhadora. São:

- ✧ a) menos da metade dos trabalhadores são contratados pelas regras em vigor da legislação do trabalho; b) o assalariamento sem carteira de trabalho assinada e o trabalho autônomo constituem parte expressiva do conjunto dos ocupados, cuja precariedade de inserção decorre da falta de acesso ao contrato de trabalho padrão, da descontinuidade da relação de trabalho e da instabilidade dos rendimentos; c) o desemprego atinge mais de 5 milhões de trabalhadores em seis capitais importantes do país; d) as medidas de flexibilização das regras de contratação e a redução do nível da atividade econômica geram demissões e aumentaram o desemprego (2002: 135).

A cooptação de grande parte dos sindicalistas, pelo Estado, foi outra grande vitória dos neoliberais; essa vitória se expressou com:

A derrota do movimento sindical expressa na queda drástica do número de greves durante os anos 80 e numa notável contenção de dos salários. Essa nova postura sindical, muito mais moderada, por sua vez, em grande parte era produto de um terceiro êxito do neoliberalismo, ou seja, o crescimento das taxas de desemprego, concebido como um mecanismo natural e necessário de qualquer economia de mercado eficiente (ANDERSON, 1996: 15).

✧ Vale lembrar, aqui, que grande parte dos sindicalistas cooptados pelas ideologias neoliberais e pelo Estado democrático burguês foram responsáveis pelo refluxo de inúmeras categorias de trabalhadores em todo o mundo.

✧ Sobre a relação entre o Estado e os sindicatos, Anderson diz o seguinte:

O remédio, então, era claro: manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo (1996: 11).

O rigor com o que as políticas estabelecidas pelo Consenso de Washington foram assumidas e implementadas pelos governos no Brasil foi tamanho que qualquer movimento político nacional, em especial os que se remetiam à área econômica, era acompanhado de

perto pelos “fiscais” estadunidenses. “Estima-se que de 1996 a janeiro de 2006 o FMI tenha enviado 37 missões oficiais ao Brasil” (Jornal Opinião Socialista, ano X, edição 238).

A abertura do mercado interno à burguesia estrangeira (entenda-se: as multinacionais) foi a marca registrada dos governos Collor, Fernando Henrique e Lula. Ao mesmo tempo em que estes governos deixavam o mercado livre para garantir os lucros estrangeiros, entervinham na economia interna para — dentre alguns exemplos — transformar as leis que protegem e garantem direitos aos trabalhadores, controlar a movimentação bancária nacional e coordenar o movimento de privatização (AGUENA, 2005: 112).

✕ Marconsin e Forti explicam que o neoliberalismo,

[...] em terras brasileiras, pôs-se em curso de forma celerada, causando intensificação do desemprego estrutural, que vem marcando a vida da população trabalhadora, redução de salários, precarização das relações de trabalho etc., por intermédio da incisiva intervenção do Estado na regulação da produção material e no direcionamento estatal e privado da força de trabalho. Ao mesmo tempo, o Estado passou a reduzir sua presença na área das políticas sociais, já historicamente insuficientes em nossa sociedade (2000: 212).

É importante ressaltarmos as conseqüências imediatas que as privatizações trazem a sociedade. Seus defensores argumentam que este processo tende a acabar com a ineficiência administrativa do setor público. No entanto, além de abrir mão da administração e financiamento de um serviço voltado à população, com a privatização os governos cumprem um papel opressor gigantesco. Um exemplo: se considerarmos que as mulheres e negros(as) constituem um percentual altíssimo de desempregados e, desta forma, necessitam obrigatoriamente de um serviço gratuito (público), o governo enfatiza o caráter opressor da sociedade capitalista, transformando estes setores da sociedade na escória da mesma¹².

✕ Enfim, ao mesmo tempo em que segue a hegemonia do neoliberalismo, cresce o desemprego estrutural, acompanhado do pauperismo; crescem as xenofobias, o racismo, o machismo, a homofobia; generaliza-se a privatização da terra e de toda a natureza. O trabalho (compreendido na forma de emprego) passa a ser visto como raridade e passível de alcance apenas por alguns poucos. (IANNI, 1996: 287). ✕

¹² Aqui se percebe a necessidade da luta conjunta dos oprimidos contra a opressão e o Estado democrático burguês, ou seja: existirá o machismo, o racismo e a homofobia enquanto houver capitalismo.

É certo que, com as privatizações, os trabalhadores e seus direitos seguem a tendência desejada pelo neoliberalismo — um dos exemplos é a flexibilização dos direitos trabalhistas — uma vez que os trabalhadores necessitam se adaptar aos novos regimes disciplinares produtivos e jurídicos de seus, também, novos contratantes. Essa realidade possui particularidades quando analisamos a situação do trabalhador do setor público, o que se fará no próximo capítulo.

Outra marca da flexibilização do trabalho é o aumento do chamado “subemprego”. Este pode ser definido da seguinte maneira:

Subemprego é uma situação econômica localizada entre o emprego e o desemprego. Ocorre normalmente quando a pessoa não tem recursos ou condições para se manter parada enquanto procura emprego e vai para uma atividade da economia informal (por exemplo, a de camelô ou a de catador de papel) em função da necessidade de sobrevivência. Tal situação — que deveria ser temporária — transforma-se em definitiva quando o trabalhador não consegue mais voltar à economia formal (com o recebimento de salário, carteira assinada, etc...) e transforma o subemprego em modo de vida (<http://pt.wikipedia.org/wiki/subemprego> > acesso em 22 de maio de 2006, às 10:30 horas)

Foi assim que se manifestou, e continua se manifestando, a política neoliberal. Sua ofensiva não polpa gastos e realiza uma única distinção: os patrões e os subordinados¹³.

Portanto, no próximo capítulo, trataremos sobre a relação entre a situação atual do mundo do trabalho, a vigência do neoliberalismo e a realidade dos profissionais de Serviço Social da Prefeitura Municipal de Florianópolis, em especial do Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar.

¹³ Por *patrões* entende-se os detentores dos meios de produção, especuladores e seus dependentes. Já *subordinados* são aqueles que não têm acesso aos meios de produção ou não possuem nenhum tipo de relação vantajosa com os detentores desses meios.

2 AS CONSEQUÊNCIAS DAS METAMORFOSES DO TRABALHO PARA AS TRABALHADORAS DO SERVIÇO SOCIAL NO PROGRAMA DE ORIENTAÇÃO E APOIO SÓCIO-FAMILIAR

2.1 CONTEXTUALIZANDO A PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS - PMF

A PMF — Prefeitura Municipal de Florianópolis — é considerada uma empresa pública, destinada à coletividade e à população restrita em seu espaço geográfico. Portanto, faz parte do aparato Estatal e é fomentada pelo município, tendo como objetivo administrar a cidade de Florianópolis e prestar serviços públicos. Tudo o que é arrecadado, por impostos ou contribuições, é aplicado através de investimentos destinados ao desenvolvimento da cidade. (<http://www.pmf.sc.gov.br> > acesso em 27 de maio de 2006 às 10:00h).

A atual gestão da PMF (2005 – 2008) é dirigida pelo Partido Social Democrata Brasileiro, na figura de seu representante: o prefeito Dário Elias Berger¹⁴. Sabemos que o PSDB é um exímio representante da burguesia e, assim, trata de aplicar a política neoliberal a risca: desmontando o setor público e entregando-o às mãos das empresas privadas, destruindo, assim, qualquer perspectiva de melhora das condições de trabalho dos servidores e das condições de vida da população em geral.

Este caminho segue sendo marcado pela gestão “Dário Berger” na cidade de Florianópolis. Um dos exemplos do desmanche do setor público e, em especial, da atenção a população carente¹⁵ é a composição das secretarias municipais. Vejamos como elas foram estruturadas:

Secretarias Municipais de Florianópolis:

¹⁴ Dário Elias Berger é formado em administração de empresas pela UFSC. Desde 1989, quando ainda era filiado ao PFL, ocupava cargo de presidente de comissão na PMSJ. Em 1992 foi eleito vereador na cidade de São José e quatro anos mais tarde foi eleito prefeito da cidade, reeleito em 2002.

¹⁵ Parte da população desprovida de recursos básicos para a própria subsistência.

- Secretaria Municipal de Planejamento;
- Secretaria Municipal de Governo;
- Procuradoria Geral do Município;
- Secretaria de Comunicação Social;
- Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos;
- Secretaria Municipal de Saúde;
- Secretaria de Administração;
- Secretaria de Finanças;
- Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes;
- Secretaria Municipal da Habitação e Saneamento Ambiental;
- Secretaria Municipal de Defesa do Cidadão;
- Secretaria Municipal de Educação;
- Secretaria Municipal de Obras;
- Secretaria Municipal de Transportes e Terminais;
- Secretaria Regional do Continente;
- Secretaria Municipal da Receita;
- Secretaria Municipal da Criança, Adolescente, Idoso, Família e Desenvolvimento Social. (<http://www.pmf.sc.gov.br> > acesso em 23 de junho de 2006 às 10:00h).

Podemos perceber que em uma mesma secretaria se concentram praticamente todas as ações relacionadas à assistência social. É o caso da Secretaria Municipal da Criança, Adolescente, Idoso, Família e Desenvolvimento Social – SMCAIFDS. Esta secretaria é presidida pela primeira-dama do município, Rosemeri Bartucheski Berger e se divide em três gerências: do idoso, da família e gerência da criança e adolescente. A última sob a responsabilidade da advogada Alexandra de Oliveira.

O fato de uma primeira-dama ser a responsável pelas “ações sociais” no município não é algo novo no contexto brasileiro do serviço social. Essa modalidade assistencial marcada pelo vínculo ao gabinete das primeiras damas ainda é marca da profissão em muitos setores do serviço público.

Sobre esse tema, Berenice Rojas Couto, ao analisar o trabalho do assistente social até a década de 1980, destaca que:

O Assistente Social foi sempre um profissional requisitado para trabalhar no âmbito do serviço público. Nos órgãos públicos municipais — as prefeituras — a ação voltada para a assistência social foi campo privilegiado do trabalho do assistente social, embora, na maioria das vezes, vinculado ao assistencialismo e aos gabinetes das primeiras damas. Dentro dessa ótica, era exigido do profissional um trabalho focalizado na pobreza e o atendimento direto aos usuários. A lógica da atuação era a profissionalização da filantropia, característica do trabalho desses gabinetes (1999: 205).

A relação *primeira-dama X assistencialismo X atuação das assistentes sociais* é uma constante na PMF. Além da própria estrutura, como já citamos, que aglutina a assistência social em apenas uma secretaria, o número de cargos de confiança e as indicações de emprego vinculadas diretamente ao “gabinete” da primeira-dama são incontáveis. Indicações essas que, em grande parte, não são acompanhadas de competência e profissionalismo.

Em seu artigo 9º, o Código de Ética Profissional do Assistente Social (1993: 223) afirma que: “É vedado ao assistente social: b) usar ou permitir o tráfico de influência para obtenção de emprego, desrespeitando concurso ou processo seletivo”. Assim, esta relação profissional de “apadrinhamento” vinculada politicamente à burguesia local, além de ter fim no descaso com os usuários, também termina como um afronte ao Código de Ética do assistente social.

É por meio dessas relações empregatícias que a assistência social no município de Florianópolis se desenvolve. Uma expressão imediata dessa política é a inserção de organizações do chamado Terceiro Setor em uma relação direta com o setor público municipal.

Veremos, a seguir, como o Terceiro Setor se apropria de parte significativa da responsabilidade da PMF.

2.1.2 A PMF e a AFLOV – Associação Florianopolitana de Voluntários: uma parceria lucrativa à burguesia local

A PMF, através do poder executivo e legislativo, promove inúmeras parcerias, convênios e acordos junto a inúmeras entidades — ONGs, empresas privadas, Organizações

Religiosas, filantrópicas, de caridade, etc — afim de expandir o atendimento na área da Assistência Social e garantir subsídios financeiros aos cofres públicos.

Uma dessas parcerias, que merece destaque neste trabalho, é firmada com a AFLOV — Associação Florianopolitana de Voluntários, entidade criada, em 1979, pela então primeira-dama da cidade, Maria de Lourdes Cordeiro. Segundo a mesma, a intenção inicial era a de, em conjunto com as esposas dos secretários do município, criar uma organização capaz de atender as famílias carentes da cidade e os funcionários mais necessitados da Prefeitura. Os primeiros trabalhos eram realizados por doze voluntárias e os recursos financeiros eram providos por meio de bingos, chás com desfile de moda e festas beneficentes. Foi apenas no ano seguinte a sua criação, no dia 31 de agosto de 1980, que a AFLOV foi regulamentada. Desde a sua criação, tornou-se via de regra que AFLOV fosse presidida pelas primeiras-damas do município. Deste modo, durante todos os governos um número considerado de assistentes sociais manteve algum tipo de vínculo com esta organização. Esta vinculação do profissional de Serviço Social com “os gabinetes” das primeiras-damas não é fato desconhecido da história da profissão, como vimos anteriormente.

Atualmente, quem preside a AFLOV é a primeira-dama da cidade: Rosemeri Bartucheski Berger. Assim, acumula a função de Secretária da Criança, Adolescente, Idoso, Família e Desenvolvimento Social e a de Presidente da AFLOV. Portanto, praticamente todas as ações vinculadas à assistência social no município encontram-se sob o controle da primeira-dama da cidade.

Apesar da presidência sempre estar nas mãos das primeiras-damas, muitas características dessa organização foram transformadas desde a sua criação. Legalmente, a AFLOV é considerada uma Organização não-governamental sem fins lucrativos.

Segundo Rosângela Dias Oliveira da Paz — integrante da ABONG¹⁶ e defensora do “papel social” das ONGs, no sentido de estabelecer “parcerias responsáveis” — as ONGs podem ser definidas como:

¹⁶ ABONG: Associação Brasileira de ONGs, fundada em 1991, com sede em São Paulo, reunia até o ano de 2001 aproximadamente 250 ONGs brasileiras de diversas áreas temáticas. É importante ressaltarmos que a ABONG atualmente estabelece parceria com várias “Agências Internacionais de Cooperação”, dentre elas destaca-se a Ford foundation.

Segundo dados do sítio da ABONG, em 1995 o Rais — Registro Administrativo de Informações Sociais — calculava, aproximadamente, 250 mil organizações sem fins lucrativos instaladas no território brasileiro. Aproximadamente 20% delas mantinham vínculo político ou financeiro com empresas e (ou) organizações estrangeiras (<http://www.abong.org.br> > acesso em 22 de junho de 2006 às 11:00h).

[...] organizações privadas em defesa do interesse público, particularmente dos interesses de ampla parcela dos setores sociais privados de seus direitos. Caracterizam-se por serem autônomas diante do Estado, das igrejas, dos partidos políticos e dos movimentos sociais. Seu principal compromisso é com a constituição de uma sociedade democrática, incluindo o respeito à diversidade e ao pluralismo (1999: 198).

Mantendo vínculo direto e legal com a PMF, sua atuação abrange grande parte da Assistência Social da cidade. Alguns dos projetos e programas financiados e dirigidos pela AFLOV são:

- Complexo Ilha da Criança (com seus programas já mencionados e onde se encontra o POASF¹⁷);
- Programa Hora de Comer (inicialmente criado pela prefeitura, atende crianças desnutridas ou em risco nutricional de seis meses a seis anos incompletos);
- Plantão Social (atendimento de situações emergenciais de cunho sócio-econômico. Localiza-se no térreo da Secretaria);
- Projeto Canta Floripa (projeto realizado nos bairros da Capital com o objetivo de sensibilizar a criança à arte musical);
- Casa da Cidadania (atendimento a crianças em situação de risco pessoal e social. Localiza-se no bairro Chico Mendes);
- Projeto Guias Mirins (oferece a adolescentes entre 16 e 18 anos “oportunidade” de inserção no mercado de trabalho, estes orientam os usuários do Terminal Rodoviário Rita Maria, além de carregarem bagagens);
- Núcleo de atendimento à criança (funciona como creche para crianças de famílias de baixa renda);
- República Cretinha e Casa Lar (atende crianças e adolescentes pós-tratamento de dependência química);
- Grupo de Produção (oferece curso de artesanato a mulheres do município);

¹⁷ POASF: Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar. Sobre este Programa dedicamos o próximo item deste trabalho.

- Confecção de fraldas (fábrica que funciona na sede da entidade e fornece fraldas a portadores de necessidades especiais, crianças e idosos carentes);
- Mobilização comunitária (a partir de parcerias com instituições não-governamentais a AFLOV apóia ações comunitárias em datas festivas).

No que tange seu financiamento, além de verba fixa do poder executivo, de eventuais “doações” aprovadas pelo poder legislativo e do patrocínio, para algumas atividades, de empresas privadas¹⁸, a AFLOV conta com os estacionamentos fixos do centro da cidade e com a “Zona Azul”¹⁹.

A Zona Azul é um sistema que visa — segundo a PMF e a AFLOV — manter organizado o espaço público destinado a estacionamento de veículos no centro da cidade. Um convênio entre a AFLOV, IPUF, SUSP e PM garante que os espaços abertos ao longo dos meio-fios destinados ao estacionamento de carros sejam taxados mediante cobrança dos usuários.

Essas duas fontes de financiamento desta organização garantem um Capital constante capaz de prover os projetos propostos e garantir o pagamento dos funcionários da mesma.

Cabe destacarmos que a relação existente entre a AFLOV e a PMF vai além de uma parceria voltada a “assistência aos pobres” como prega a entidade. Na verdade, esta organização cumpre o papel de empresa responsável pela terceirização de uma parcela significativa da força de trabalho a serviço do poder público municipal.

Dessa forma, compreendendo a AFLOV como uma organização inserida no âmbito do Terceiro Setor, ressaltamos seus verdadeiros objetivos através de uma reflexão das finalidades destas organizações:

¹⁸ Destacamos aqui a ORCALI: empresa catarinense pioneira no ramo de prestação de serviços de limpeza. Desde a sua criação, em 1968, mantém vínculos com a Prefeitura Municipal de Florianópolis. Atualmente é uma das maiores empresas do sul do país no ramo de segurança privada, treinamento, limpeza e serviços temporários. Ressaltamos que a grande maioria dos proventos desta empresa são oriundos de fundos públicos, uma vez que presta serviços a inúmeras prefeituras e empresas públicas estaduais e federais.

¹⁹ A permissão para a exploração das áreas fechadas de estacionamentos (fixos) no centro da cidade foi concedida à AFLOV em 1993 pela Prefeitura da cidade.

[...] o conjunto de organizações e atividades que compreende o chamado “terceiro setor”, para além dos eventuais objetivos manifestos de algumas organizações ou da boa intenção que move o ator solidário e voluntário singular, termina por ser instrumentalizado, pelo Estado e pelo capital, no processo de reestruturação neoliberal, particularmente no que refere à formulação e implementação de uma nova modalidade de trato à “questão social”, revertendo qualquer ganho histórico dos trabalhadores nos seus direitos de cidadania. (MONTAÑO, 2005: 19 – grifos do autor).

Assim se estabelece a parceria *AFLOV X PMF*, por meio de um norte regulado pelo Estado — e também pelo setor privado —, que se encerra no destrato com a questão social²⁰ e com implicações de grandes proporções à classe trabalhadora.

Sobre estas implicações, trataremos com mais propriedade no decorrer desse capítulo. Interessa-nos, agora, perceber em que circunstanciais e formas este trato da força de trabalho repercute sobre os assistentes sociais do Programa de Orientação e Apoio Sócio-Familiar.

2.1.3 O Programa de Orientação e Apoio Sócio-Familiar – POASF: características do Programa e das atividades das assistentes sociais

Aqui, serão expostas características do Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar, visto que o presente trabalho está vinculado ao estudo das relações e condições de trabalho das assistentes sociais inseridas neste programa, cuja coordenadora atual é a Assistente Social Cláudia Regina H. Silva.

O POASF (Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar) está ligado diretamente à Gerência da Criança e Adolescente, pertencente à Secretaria da Criança, Adolescente, Idoso, Família e desenvolvimento Social.

Alguns outros projetos e programas fazem parte da referida gerência, como: PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), Programa Sentinela, Brinquedoteca, Projeto Criança Fazendo Arte, Abrigo de Meninos, Centros de referência, Liberdade Assistida, Casa da Liberdade, Projeto Agente Jovem, etc.

²⁰ Entendemos a questão social como “o conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado” (IAMAMOTTO, 2004: 17).

O Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar foi implantado em março de 1998 no município de Florianópolis. Financiado pelos Fundos Municipais da Criança e do Adolescente e da Assistência Social, sua sede, desde então, fica localizada no Complexo Ilha da Criança. Este Complexo funciona como uma referência no município para o trato de questões vinculadas à proteção de crianças e adolescentes. Os principais programas com sede no Complexo Ilha da Criança são: POASF, Programa Sentinela, Brinquedoteca, Projeto Fazendo Arte, PETI e Abrigo Provisório de Meninos.(VERCHAI, 2006: 4)

A grande demanda de atendimento dos Conselhos Tutelares foi a principal razão que levou a implantação do programa. No ano de 1996, por exemplo, foram contabilizadas 81,08% das denúncias atendidas como sendo de violação do direito à convivência familiar e comunitária, sendo que, das medidas aplicadas, 46,89% foram medidas de orientação e apoio sócio-familiar. Esses dados acenavam para a urgência de que fosse criado, em nível municipal, um Programa de Orientação e Apoio Sócio -Familiar (SOUZA, 2006: 39).

Atualmente, o Programa de Orientação e Apoio Sócio-Familiar realiza o acompanhamento de famílias, encaminhadas através dos Conselhos Tutelares, setores ilha e continente e Juizado da Infância e da Juventude, que passam por situações de miserabilidade, negligência familiar e/ou com as crianças e adolescentes em situação de rua. Normalmente, estão associados a essas questões, o envolvimento com o uso e o tráfico de drogas, como outras formas de violências (violência física, sexual), problemas de saúde mental, entre outros.

O programa possui maior enfoque nas comunidades de baixa renda, entre elas a Região do maciço do Morro da Cruz, a Região do Monte Cristo, Morro da Caixa, Vila Aparecida, Saco Grande e Vila União.

O objetivo do POASF é o de orientar e acompanhar freqüentemente, e de maneira sistemática, essas famílias, através da intervenção dos profissionais da área do Serviço Social e da Psicologia, visando o suprimento de suas necessidades básicas — saúde, educação, alimentação, moradia, etc — e sua gestão, tendo em vista a reorganização da dinâmica familiar, a fim de suprir e garantir os direitos da criança e do adolescente, conforme estabelecido pelo ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990).

Dentre as atividades realizadas diariamente pelos profissionais de Serviço Social, destacam-se as seguintes:

- a) Acolhimento: tem por objetivo “receber” as famílias que são encaminhadas ao Programa, assim como esclarecer os motivos do encaminhamento e de nossos futuros trabalhos;
- b) Grupos Educativos e Terapêuticos com pais e crianças: sob responsabilidade de um psicólogo e de uma assistente social, o objetivo dos grupos é de identificar as demandas psicológicas, assim como traumas de infância ou distúrbios mentais. Tal identificação é necessária para os futuros encaminhamentos a serem tomados pelos assistentes sociais;
- c) Acompanhamento: atendimento psico-social, visitas domiciliares e institucionais, estudo social; essa é a parte fundamental do programa, responsável, inclusive, pelo seu nome. Tem por objetivo sistematizar e, de maneira conjunta a família, contribuir para a solução dos “transtornos” familiares;
- d) Encaminhamentos: objetiva orientar os usuários a rede de atendimento.

Assim se consolida, de maneira geral, a rotina de trabalho da assistente social trabalhadora do POASF. Destacamos que, além das atividades acima listadas, as atividades relacionadas ao processo de trabalho do Assistente Social se completam com o processo investigativo, reflexivo e de relato documental.

A equipe de trabalho do POASF é composta por onze profissionais e quatro estagiários, distribuídos da seguinte forma: sete assistentes sociais, três psicólogas e quatro estagiários de serviço social. Das sete assistentes sociais, três são contratadas pela AFLOV.

Em todo o Complexo Ilha da Criança, existem 34 assistentes sociais e 14 estagiários de serviço social, dispostos — entre os principais programas — da seguinte forma:

QUADRO I

**NÚMERO DE ASSISTENTES SOCIAIS TERCEIRIZADAS, CONCURSADAS E
DE ESTAGIÁRIOS DE SERVIÇO SOCIAL NOS PROGRAMAS DO COMPLEXO
ILHA DA CRIANÇA, DA PMF**

Programa (nome)	Assistentes Sociais concursados	Assistentes Sociais terceirizados AFLOV	Estagiários de Serviço social	TOTAL Assistentes Sociais por Programa:
POASF**	04	03	04	07
PETI	01	01	04	02
L.A	01	05	01	06
Fazendo Arte	00	00	01	00
Abrigo***	00	00	00	00
Sentinela	02	17	03	19
Brinquedoteca	00	00	01	00
TOTAL ⇨	08	26	14	34

*Fonte: coordenação dos programas citados no quadro. Elaboração própria

**Uma das assistentes sociais terceirizadas pela AFLOV atua em cargo de chefia. No entanto, foi contabilizada como assistente social uma vez que, além da função de chefia, atua em campos restritos ao assistente social.

***Existe uma assistente social que realiza 12 horas de trabalho semanal nesse programa. No entanto, não permanece no local de trabalho e possui lotação em outro setor da PMF. Assim, não a contabilizamos.

As informações contidas no quadro I terão relevância para fornecermos uma visão geral da situação profissional das assistentes sociais do POASF, da Prefeitura de Florianópolis.

2.2 UM RECORTE SOBRE AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DAS ASSISTENTES SOCIAIS DO POASF.

O exercício profissional do assistente social se insere no marco de uma sociedade de classes e se encontra no âmbito das relações entre o Estado e a classe trabalhadora. Dessa forma, o serviço social é reconhecido “como um tipo de especialização do trabalho, uma profissão particular inscrita na divisão social e técnica do trabalho da sociedade” (IAMAMOTTO, 1999: 113).

Sobre os desafios desse profissional, Iamamoto afirma:

Um dos maiores desafios que o assistente social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano (1999: 113 – grifos da autora).

Assim, exige-se, em muitos momentos do exercício profissional, um agente, sobretudo, observador e criativo. No entanto, essa capacidade de *decifrar a realidade* deve ser acompanhada da compreensão de sua própria realidade. Ou seja: além das características inerentes à formação profissional, é necessário compreender-se enquanto vendedor de sua força de trabalho.

Portanto, “os desafios que se colocam aos assistentes sociais na atual conjuntura são aqueles engendrados pelas transformações no ‘mundo do trabalho’, provocando alterações no mercado de trabalho e nas condições de trabalho” (MOTA; AMARAL, 1998: 13).

Nesse ponto do trabalho faremos uma reflexão sobre as condições e relações de trabalho que envolvem as assistentes sociais da PMF e, em especial, as profissionais do POASF, apontando as bases objetivas e subjetivas do processo de trabalho do assistente social.

Para tanto, reafirmamos o pensamento de Iamamoto, ao caracterizar o Serviço Social como profissão com papel preponderante no processo de reprodução material e social da força de trabalho. Assim,

Não resta dúvida que o trabalho do assistente social tem um efeito nas condições materiais e sociais daqueles cuja sobrevivência depende do trabalho. Em outros termos, tem um efeito no processo de reprodução da

força de trabalho, que é a única mercadoria que, ao ser colocada em ação, ao realizar trabalho, é fonte de valor, ou seja, cria mais valor que ela custou. É ela que está no centro do segredo da criação da riqueza social na sociedade capitalista. E o Serviço Social interfere na reprodução da força de trabalho por meio dos serviços sociais previstos em programas, a partir dos quais se trabalha nas áreas de saúde, educação, condições habitacionais e outras (2003: 67).

Veremos, agora, as características fundamentais que, em nosso entendimento, marcam as condições do trabalho das assistentes sociais do POASF.

2.2.1 A terceirização e algumas das suas implicações imediatas

A terceirização, entendida enquanto técnica gerencial de compra de serviços ou transferência de atividades a terceiros, assume várias formas: contratos de trabalho domiciliar, contrato de empresas fornecedoras de componentes, contratos de serviços (empresas ou indivíduos) e contratos de empresas cuja força de trabalho realiza a atividade produtiva na planta contratante (KAMEIAMA, 1988: 19).

Essa técnica, quando não é vinculada a uma outra empresa (terceira), na maioria das vezes ocorre sob condições de informalidade. Nas empresas do setor têxtil e de vestuário no estado de Santa Catarina, por exemplo, grande parte dos trabalhadores demitidos passam a atuar como “terceiros” para seus antigos patrões. Dessa forma, as empresas desconsideram a legislação trabalhista e poupam encargos sociais com estes trabalhadores (LINS, 2000: 33).

A condição de informalidade não se repete no setor público, em especial, na PMF, devido a impossibilidades legais²¹ e às pressões sociais, prioritariamente as lutas sindicais travadas pelos servidores públicos municipais de Florianópolis²².

Em todos os sentidos, a terceirização traz vantagens aos empregadores, uma vez que esse processo garante a formação de “custos fixos”²³ e, na maioria das vezes, reduzidos.

²¹ Ver Decreto-Lei nº 200/67, no § 7º do artigo 10.

²² As lutas sindicais travadas por esta categoria e encampadas pelo SINTRASEM, ainda não foram capazes de garantir o agrupamento dos terceirizados pela AFLOV, às lutas. Um dos motivos é o caráter de “apadrinhamento” existente entre os terceirizados e das diferenças contratuais.

²³ Quando falamos em “custos fixos”, estamos nos referindo às facilidades que as empresas contratantes de terceiros possui ao ter estabelecido um valor estável a ser gasto com os empregados.

Dessa forma, entendemos a terceirização como a subcontratação do trabalho, tendo como objetivo a flexibilização da produção e do trabalho.

As consequências imediatas das terceirizações aos trabalhadores, em geral, são, além das mudanças no uso da força de trabalho, o aumento do caráter precário das relações de trabalho, menores salários, maior instabilidade, aumento dos contratos temporários, menor segurança no trabalho, etc.

Inicialmente, a tendência das empresas e também do Estado era a contratação de trabalhadores terceirizados para atuarem nos serviços de limpeza, vigilância, manutenção, etc. Com o passar do tempo, uma parcela significativa da força de trabalho passa a ser contratada, independente da função a exercer.

Como já citamos anteriormente, na Prefeitura de Florianópolis a AFLOV é a grande responsável pela terceirização dos trabalhadores ligados à área social. Hoje, a PMF possui em seu quadro de funcionários concursados 43 assistentes sociais²⁴. Desse total, 39 trabalham para a SMCAIFDS e 4 para a SMS. Em contrapartida, os terceirizados somam aproximadamente 51 assistentes sociais²⁵, todos com contrato estabelecido pela AFLOV.

No POASF, como já apresentamos no quadro I, das 7 assistentes sociais atuando, 3 são terceirizadas e 4 são concursadas. Conclui-se que 42,85% da força de trabalho (pensando apenas nas assistentes sociais) é terceirizada. Se considerarmos o número total de assistentes sociais do Complexo Ilha da Criança, este percentual sobe para aproximadamente 76,47%.

Podemos lembrar, também, que o POASF possui o “privilegio” de apresentar em seu quadro de funcionários 50% dos assistentes sociais concursados que atuam nos sete programas do Complexo.

Outro dado importante referente ao processo de terceirização das assistentes sociais, nos programas do Complexo Ilha da Criança, é a maneira com que estes são distribuídos. Se considerarmos que os três principais programas do Complexo são o POASF, o PETI e o Sentinela, vejamos como as assistentes sociais terceirizadas estão distribuídas:

Assim, as dificuldades e conflitos se restringem à empresa contratada. Esta, por sua vez, flexibiliza e precariza as relações e condições de trabalho.

²⁴ Dados cedidos pelo Setor de Recursos Humanos da PMF.

²⁵ Dados cedidos pela Gerência da AFLOV.

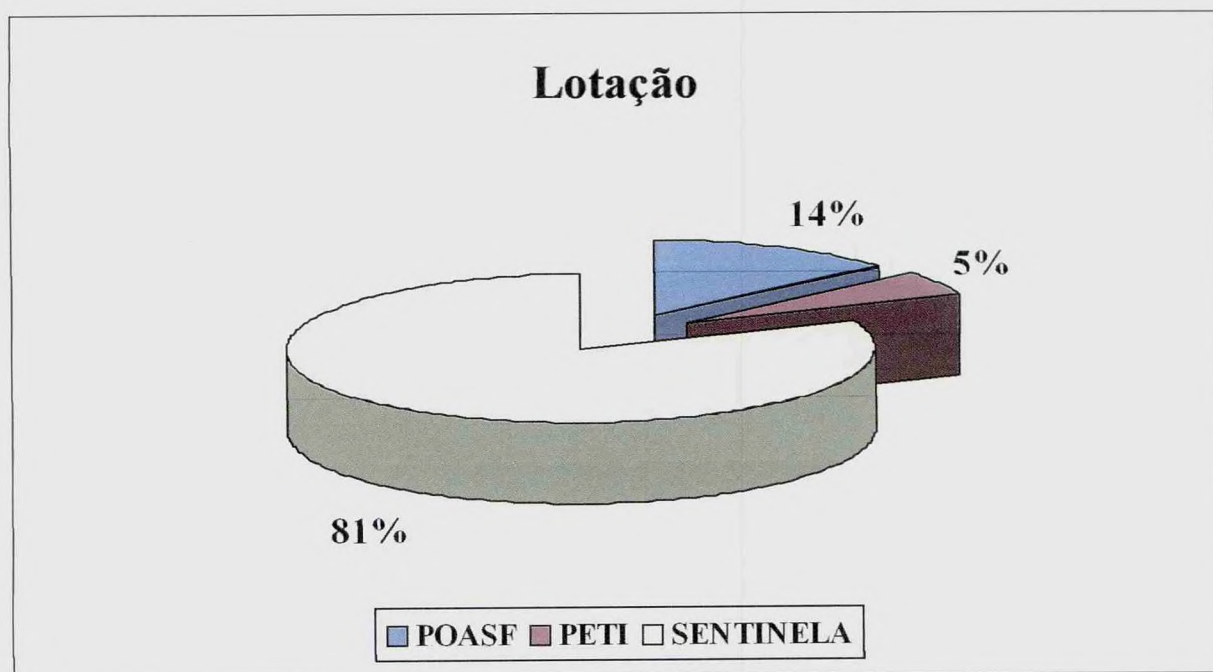


Gráfico 1 – Distribuição das assistentes sociais terceirizadas entre os três principais programas do Complexo Ilha da Criança.

Fonte: Chefias dos respectivos programas.

Podemos afirmar que, a partir dos dados expostos no gráfico 1, existe uma determinada orientação — por parte da PMF — na distribuição dos servidores terceirizados. Essa distribuição possui sua gênese na estratégia de “propaganda” da política social da Prefeitura Municipal. Um dos fatores que tende a influenciar a escolha deste programa como a “menina dos olhos” da Prefeitura é a sua enorme demanda, que pode ser enfocada da maneira como convier aos objetivos políticos da Prefeitura. A gigantesca parte da demanda que se encontra em fila de espera, pode ser divulgada como “em atendimento”, ou seja, ainda sem atendimento de fato, trazendo uma falsa idéia referente ao número de atendimentos reais. Em síntese, podemos perceber que o inchaço provocado pelo número de profissionais terceirizados, pelo qual o Programa Sentinela vem passando — vide quadro I — tem relação, entre outros fatores, com o “marketing social” da PMF.

Como consequência, as trabalhadoras terceirizadas — e também as concursadas que são transferidas de setor conforme o interesse da PMF — se tornam reféns da política propagandista da Prefeitura de Florianópolis. Também, o espaço destinado à prática profissional e à elaboração de propostas voltadas à emancipação da população usuária se transforma em um depósito de profissionais.

Melo, Almeida e Mattos retratam as consequências da terceirização para os profissionais das áreas sociais e suas práticas profissionais;

A transformações do cotidiano num espaço de exercício de ações políticas, encontra sérios impedimentos em um contexto de precarização das relações de trabalho, como o instituído pela terceirização: trabalhadores em permanente substituição, desqualificados, cujo vínculo empregatício tem como característica a fragilidade, submetidos a riscos e cargas das mais diversas naturezas, obsessivamente ocupados com a garantia da renda mínima necessária à sobrevivência e permanentemente assaltados pelo medo do desemprego estrutural, da falência das sub-contratadas, pela desproteção social fundada por um Estado cada vez mais ausente das políticas sociais (1998: 200-201).

A própria disposição à construção de uma consciência coletiva e de classe fica ameaçada perante a manipulação e o interesse da lógica do capital contra os trabalhadores, estes acabam acreditando que “difícilmente encontrarão a energia necessária para o embate coletivo seja por melhores condições de trabalho, seja por pleitos salariais, seja por requisições de natureza legal.” (MELO; ALMEIDA; MATTOS, 1998: 201).

2.2.2 Condições de trabalho

Compreendemos — conforme exposto no primeiro capítulo — que a flexibilização no mundo do trabalho implica em uma série de mudanças à rotina dos trabalhadores. Aqui, avaliaremos a carga horária semanal das assistentes sociais do POASF e o espaço físico (incluindo os materiais necessários ao trabalho) destinado a essas trabalhadoras.

O espaço físico destinado às assistentes sociais, psicólogas e estagiários do POASF possui 37,76 metros quadrados. Apesar da rotatividade de profissionais na sala devido à carga horária variada, em muitos momentos cada trabalhadora dispõe de 2,5 metros quadrados para a realização de suas atividades. Dessa forma, o próprio local de trabalho desses profissionais — embora não apresente “agentes químicos ou biológicos nocivos à saúde” (ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE FLORIANÓPOLIS, 2003) — evidencia-o como insalubre.

A ausência de “materiais de expediente” (tinta para impressora, folhas para impressão, canetas, entre outros) deixa de ser eventualidade e se torna rotina no cotidiano das assistentes sociais do programa. Afirmamos que esse destrato para com as profissionais reflete a política de desvalorização profissional do governo municipal e acaba por dar sequência a essa desqualificação, uma vez que as assistentes sociais se encontram impossibilitadas de prosseguir com suas atividades. Assim, reforça-se a visão do “Serviço Social para pobre”, voluntário e assistencialista, onde os recursos destinados ao trabalho das profissionais são o suficiente para manter o programa “vivo”.

No que se refere à carga horária semanal das assistentes sociais do POASF, o próximo gráfico resume a situação:

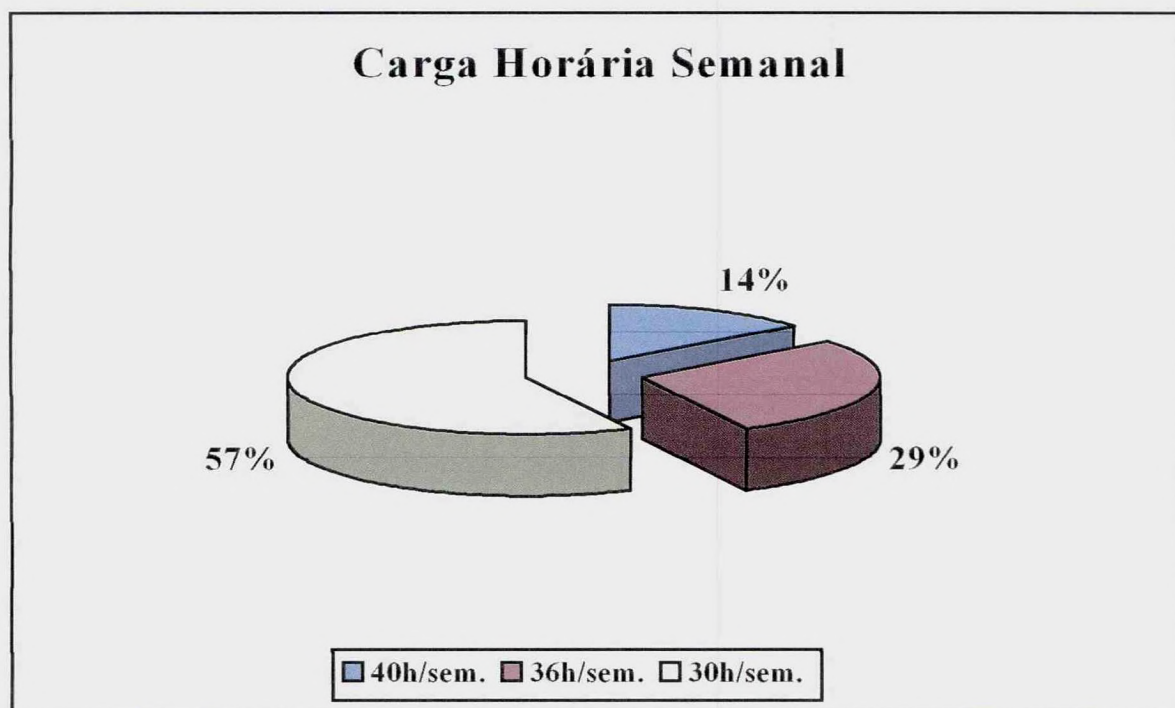


Gráfico 2 – Carga Horária Semanal das assistentes sociais do POASF.

Fonte: chefia do POASF

Destacamos que a característica que marca a relação contratual das terceirizadas é a multiplicidade de carga horária. No entanto, a tendência destas é ter seus contratos regulamentados para a carga horária semanal de 40 horas.

Dois entendimentos que podemos ter, relevantes às trabalhadoras terceirizadas, podem ser considerados a partir dessas informações: o primeiro diz respeito à flexibilidade do trabalho, marcada por uma jornada de trabalho das terceirizadas maior que das concursadas. Esse fato acarreta em uma maior maleabilidade das terceirizadas que, a qualquer momento, podem ter seus períodos de trabalho prolongado. Ou seja, de acordo com o contrato firmado com a AFLOV, essas 36 ou 40 horas podem ser realizadas com um intervalo de descanso de 1 hora, no máximo. Portanto, a trabalhadora se adaptaria às necessidades da contratante. O segundo entendimento é correlacionado com o primeiro e trata da valorização salarial dos profissionais terceirizados. Com uma carga horária bastante flexível — conforme indicado anteriormente — as trabalhadoras podem ter seus salários desvalorizados, na medida em que suas atribuições aumentam e sua jornada de trabalho também, sem o acompanhamento de um aumento em suas folhas de pagamento.

No que tange as funcionárias concursadas,

[...] a tendência do trabalho em tempo parcial está reservada mais para a mulher trabalhadora. Podemos afirmar que esta situação se dá porque o capital necessita também do trabalho das mulheres na esfera reprodutiva, já que isso lhe é imprescindível para o processo de valorização, uma vez que seria impossível para o capital realizar seu ciclo produtivo sem o trabalho feminino realizado na esfera doméstica (ANTUNES apud NOGUEIRA, 2004: 76).

Podemos perceber, também, que a carga horária de 40 horas semanais inexistente entre as assistentes sociais concursadas²⁶. Essa característica pode ser considerada parte de uma política de compressão do tempo de trabalho. Tal política é utilizada para reduzir salários e empregar ao Serviço Social um caráter humanitário e (ou) filantrópico. Essa jornada parcial de trabalho — típica das entidades do Terceiro Setor como, também, do trabalho feminino — se enraíza de maneira mais forte na PMF (e também no POASF), uma vez que, como já se

²⁶ Algumas assistentes sociais terceirizadas cumprem jornada de trabalho de 40 horas semanais. Segundo a primeira-dama do município, todas as assistentes sociais terão de se adaptar a esta carga horária semanal ainda este ano.

explicou, a “empresa” responsável pela terceirização das assistentes sociais é uma ONG (AFLOV) e a grande maioria dos funcionários contratados é mulher.

2.2.3 Valorização Salarial

Como já afirmamos no item anterior, as diferenças salariais entre as profissionais concursadas e as terceirizadas é muito acentuada. Com isso, buscamos demonstrar como “a flexibilização das contratações contribui para precarização das relações de trabalho e a desqualificação dos profissionais” (SERRA, 1998: 63).

Logo, faremos uma análise a partir da data do último concurso e do salário-base atribuído a estas profissionais, fazendo, em seguida, um comparativo entre as remunerações atribuídas às assistentes sociais do POASF a partir do ano 2002.

O último edital para concurso público que constava vaga para assistente social na PMF data de 2000 (edital 002/00)²⁷. Esse edital apresentou apenas 1 vaga para o cargo de assistente social com o vencimento de R\$ 446,89 (sem auxílio lanche). O único benefício previsto nesse edital era o vale transporte. No início de 2006 o vencimento destinado aos assistentes sociais concursados da PMF era de R\$ 693,24, adicionado de um auxílio lanche no valor de R\$132,00.

A diferença salarial entre concursados e terceirizados segue uma lógica diferente da que estamos acostumados a constatar nas empresas privadas ou nas instituições ou empresas estatais, onde os trabalhadores terceirizados recebem uma remuneração abaixo da recebida pelos concursados. Aqui, na PMF, em especial na área social, essa lógica se inverte conforme constatarem os quadros II e III:

²⁷ Dado cedido pelo setor de RH, da PMF. Não podemos precisar o mês e a data do concurso porque essas informações foram retiradas do sítio da PMF, constando apenas nos arquivos internos da PMF.

QUADRO II

CONDIÇÕES SALARIAIS DAS ASSISTENTES SOCIAIS CONCURSADAS (PMF) E DAS TERCEIRIZADAS (AFLOV) NO ANO DE 2002

	Vencimento	Adicional**	Gratificações
assistente social concursada – PMF	R\$ 512,56	Por tempo de serviço. Por nível de capacitação.	Dedicação Exclusiva***
assistente social AFLOV	R\$ 794,70	Nenhum	Nenhuma

*Fonte: contra-cheques das assistentes sociais do POASF. Elaboração própria.

**O quadro retrata, de modo parcial, os adicionais e gratificações, uma vez que estas são alteradas de acordo com cada concurso.

*** Garantida apenas aos que conquistaram na justiça.

De acordo com o estatuto dos servidores públicos de Florianópolis, as gratificações compreendem vantagens pecuniárias atribuídas precariamente ao servidor que esteja prestando serviços comuns da função em condições anormais de segurança, salubridade ou onerosidade, ou concedidas como ajuda ao servidor que apresente os encargos pessoais que a lei especifica. Adicional: vantagens pecuniárias que a Administração Pública Municipal concede ao servidor em razão do tempo de exercício ou em face da natureza peculiar da função, agregando-se a remuneração (1993: 1).

QUADRO III

CONDIÇÕES SALARIAIS DAS ASSISTENTES SOCIAIS CONCURSADAS (PMF) E DAS TERCEIRIZADAS (AFLOV) NO ANO DE 2006²⁸

	Vencimento	Adicional	Gratificações
assistente social concursada - PMF	R\$ 764,57 (março)	Por tempo de serviço. Por nível de capacitação.	Dedicação Exclusiva**
assistente social AFLOV	R\$ 1265,55 (maio)	Nenhum	R\$ 180,00 (Insalubridade)

*Fonte: contra-cheques das assistentes sociais do POASF. Elaboração própria.

**Ainda hoje não são todas as assistentes sociais que, mesmo buscando legalmente, conquistaram o direito de receber a D.E.

²⁸ Consideramos o salário base como referência para as análises, pois as gratificações e adicionais são disputadas individualmente (e não por toda a categoria) na justiça.

A partir da comparação entre os quadros II e III, percebemos que o vencimento atribuído à força de trabalho das assistentes sociais concursadas jamais ultrapassou o valor de três salários mínimos²⁹. Em 2002 o vencimento (R\$ 512,56) pouco ultrapassa o valor de dois salários mínimos. Em 2006, essa realidade piorou bastante, ao ponto de, no início do ano, o vencimento das assistentes sociais (R\$ 693,24) não atingir o valor de dois salários mínimos atuais (R\$ 700,00).

Nesse período o aumento do vencimento das profissionais concursadas, sequer acompanhou os reajustes atribuídos ao salário mínimo. Este teve um ajuste de 75% sobre o seu valor, enquanto o salário das profissionais foi reajustado em aproximadamente 49%.

Realizando uma comparação entre as funcionárias da Prefeitura de Florianópolis e as terceirizadas pela AFLOV, percebemos que, enquanto as primeiras tiveram um acréscimo de 49%, o vencimento das últimas foi acrescido em quase 60%.

Aqui, mais uma vez, observamos uma das expressões da política da Prefeitura para com seus trabalhadores, evidenciada pela maior valorização das profissionais terceirizadas³⁰. Ressaltamos, aqui, que tanto as assistentes sociais terceirizadas quanto as concursadas possuem suas condições salariais extremamente desvalorizadas. Cabe, no entanto, esclarecer as diferenças de tratamento entre uma e outra.

2.2.4 Atribuições profissionais: trabalho atribuído X trabalho realizado³¹

Esse item pretende, ainda que de forma resumida, traçar algumas relações entre o trabalho atribuído ao Serviço Social do POASF e as condições para a realização do mesmo.

Cabe, contudo, ponderarmos que essa análise é introdutória e foi realizada a partir das observações durante o período de estágio. Assim, não podemos analisar as atribuições desses profissionais a partir da perspectiva dos empregadores ou da população usuária.

²⁹ Variação do valor atribuído ao salário mínimo durante o período de 2002 a 2006: 2002 – R\$ 200,00 / 2003 – R\$ 240,00 / 2004 – R\$ 260,00 / 2005 – R\$ 300,00 / 2006 – R\$ 350,00. Fonte: www.portalbrasil.net.

³⁰ Ressaltamos que na PMF essa valorização dos trabalhadores terceirizados se dá apenas na área social, em especial, aos trabalhadores terceirizados pela AFLOV.

³¹ Soma do trabalho atribuído legalmente com aquele concretamente realizado.

É importante percebermos que a relação *condições de trabalho X trabalho realizado* se transforma em uma relação de grandezas inversamente proporcionais. Ou seja, na medida em que diminuem (ou se tornam mais precárias) as condições de trabalho, maior o trabalho realizado pelas assistentes sociais.

☞ Cabe, aqui, um exemplo do cotidiano do POASF para ilustrarmos tal situação. As assistentes sociais do POASF atendem, cada uma, em média vinte famílias permanentemente. Conforme visto anteriormente, as assistentes sociais utilizam como instrumento técnico-operativo as visitas domiciliares. Para tanto, a PMF dispõe de um carro (e um motorista) para todas as profissionais. Dessa forma, cada assistente social utiliza o carro para as visitas seis vezes ao mês. Ainda que os usuários sejam atendidos, também, na sede do programa, cada família será visitada (aproximadamente) a cada três meses e meio e o profissional terá de dobrar seus esforços — como aumentar o número de atendimentos na sede, por exemplo — para poder garantir o acompanhamento sócio-familiar dos usuários.

Podemos perceber que existe uma tendência em transferir o trabalho realizado (por meio de pressão, diminuição de carga horária, etc) para o trabalho atribuído legalmente. Assim, podemos afirmar que se torna regra a precarização das condições de trabalho.

☞ O aumento da demanda não acompanhado pela ampliação do quadro de profissionais transfere para as assistentes sociais a responsabilidade sobre o trato das famílias em aguardo. Responsabilidade que, em qualquer instância, deveria ser remetida ao Estado.

☞ Outra observação importante referente às atribuições profissionais é a relação existente entre o processo de *desresponsabilização* Estatal da área social e a ampliação do trabalho atribuído aos assistentes sociais. No município de Florianópolis, a privatização dos setores das políticas sociais consideradas rentáveis — saúde e habitação, por exemplo — e a ampliação do Terceiro Setor vinculado à PMF culmina com a diminuição da qualidade e quantidade dos serviços públicos. Portanto, a rede de atendimento³², que deveria servir de apoio ao exercício profissional dos assistentes sociais do POASF, serve como “complicador” do atendimento sócio-familiar e, conseqüentemente, acaba por ampliar o trabalho das assistentes sociais que se vêem forçadas a buscar um atendimento que o Estado deixou de oferecer.

Uma característica da equipe de trabalho do POASF que repercute diretamente às atribuições das assistentes sociais desse programa é a ausência de um profissional (ou mais de

³² Entendida, aqui, como o conjunto de projetos e / ou programas, estatais ou não, que servem de amparo para o processo de acompanhamento sócio-familiar das famílias inseridas no POASF.

um) responsável pelas tarefas administrativas. Assim, as assistentes sociais que já possuem sua carga horária restrita (encurtada), precisam “administrar” seu tempo no Programa a fim de cumprirem o exercício da prática restrita ao assistente social, as tarefas burocráticas e, muitas vezes, a “arrumação” (faxina) de seu local de trabalho.

Aqui, percebemos uma das características da flexibilização do trabalho:

Trata-se de qualificar um novo tipo de trabalhador, cujo perfil melhor se enquadre aos objetivos empresariais de gestão da força de trabalho para aumento da produtividade; enfim, um trabalhador capacitado para a *polivalência, a multifuncionalidade* e o comprometimento da empresa (MOTA ; AMARAL, 1998: 9 – grifos nossos).

No caso do POASF, podemos perceber esse perfil mesmo não se tratando de um espaço privado.

2.2.5 Algumas indicações referentes ao contrato de trabalho das assistentes sociais

A forma de vínculo das assistentes sociais do POASF com seus empregadores (PMF e AFLOV) pode ser identificada, conforme indica o gráfico a seguir:

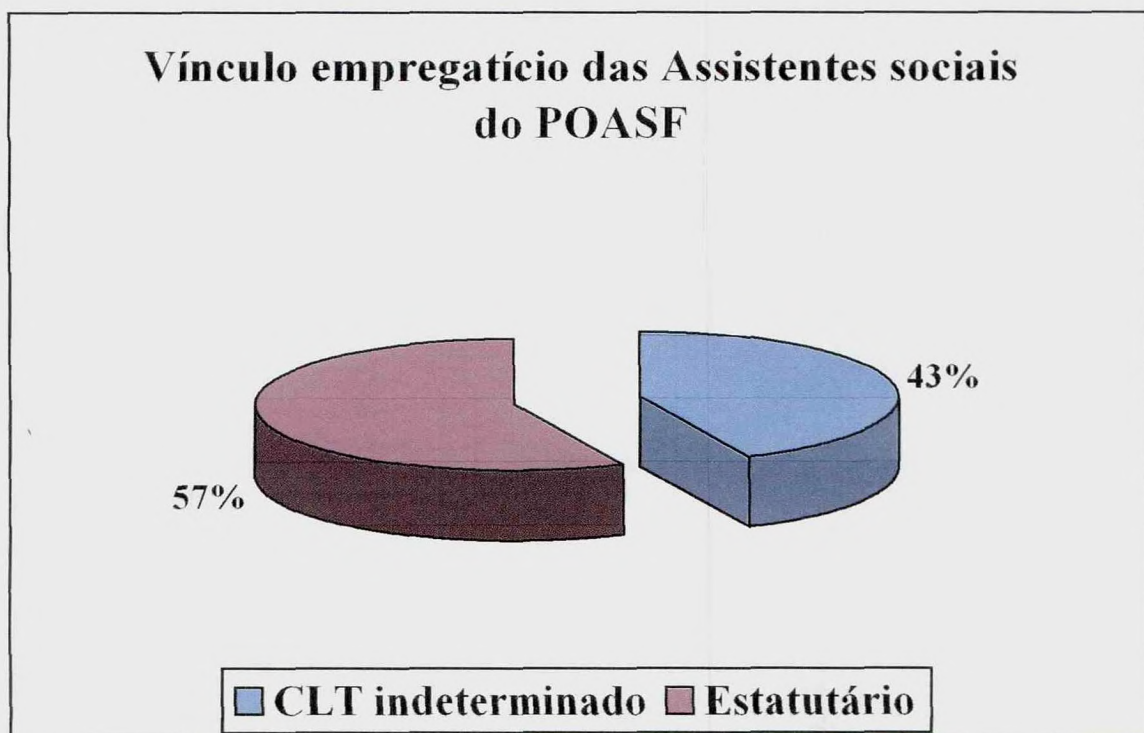


Gráfico 3 – Característica do vínculo empregatício das assistentes sociais do POASF.

Fonte: chefia do POASF.

Segundo os dados apresentados pelo gráfico, os vínculos empregatícios que indicam menor estabilidade (CLT indeterminado) são aqueles que apresentam maior carga horária semanal. Nesse vínculo empregatício (CLT 40h e CLT 36h) encontram-se as assistentes sociais terceirizadas que, independente da carga horária, recebem o mesmo valor pela força de trabalho. Já o vínculo empregatício com maior estabilidade — estatutário — marca o vínculo de trabalho das concursadas com a Prefeitura.

Um outro dado importante, e com grande influencia na inserção das assistentes sociais no POASF e na PMF, se refere ao ano de contratação das profissionais. Como sabemos, existem 43 assistentes sociais concursadas na PMF e, aproximadamente, 51 terceirizadas. Vejamos como o período de contratação das terceirizadas revela a grande rotatividade dessa parcela significativa da força de trabalho.



Gráfico 4 – Comparativo das contratações de assistentes sociais realizadas pela AFLOV nas gestões Ângela Amin e Dário Berger.

Fonte: Gerência da AFLOV

Sobre este último aspecto, ressaltamos a característica paternalista que marca a inserção das assistentes sociais terceirizadas no POASF e na Prefeitura de Florianópolis. A “política do favor” reside de maneira constante nesta forma de contratação e é reproduzida, muitas vezes, junto aos usuários.

No entanto, o que se pode perceber é que esse tipo de prática, sob o véu do assistencialismo e do clientelismo — historicamente utilizados pelas classes dominantes para contornar minimamente a miséria e perpetuar as relações de exploração —, não ajuda a resolver os problemas sociais [...]. Ao contrário, cria-se uma relação de favor e/ou de dependência dos estratos subalternos ao governo (TORRES, 2002: 125).

Como podemos perceber no gráfico 4, a rotatividade das trabalhadoras está diretamente relacionada com a mudança de gestão na PMF. Mesmo sem os números das demissões realizadas pela AFLOV, podemos observar que um número muito pequeno de contratadas durante a gestão Ângela Amim, permaneceu em seus postos de trabalho durante a gestão Dario Berger.

Essas indicações apontam uma realidade freqüente no cotidiano das assistentes sociais recém formadas: a busca por “padrinhos” influentes na política local capazes de garantir emprego logo após a saída da universidade, em contraponto à qualificação acadêmica e à procura por concursos públicos.

A facilidade da conquista de um emprego por meio da “política de favor” reforça os laços de aliança das assistentes sociais com a burguesia local, aqui representada pela PMF e seus representantes. Tal atitude fragmenta a categoria na luta por seus direitos e se encerra no descompromisso com o código de ética da profissão.

Por essas razões, resolvemos fazer esta pesquisa a fim de traçarmos algumas características relacionadas ao trabalho das assistentes sociais do POASF e suscitarmos determinadas implicações para a categoria. Portanto, afirmamos o processo de precarização do trabalho dessas profissionais e apontamos como estratégia de embate o fortalecimento da unidade da categoria, norteado pelo projeto ético-político da profissão, que tem por base “a construção de uma nova ordem societária, sem dominação – exploração de classe” (Código de Ética do Assistente Social, 1993) e a articulação com a luta geral dos trabalhadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho foi construído a partir da experiência de estágio no Programa de Orientação e Apoio Sócio-Familiar – POASF. Essa experiência relacionada à prática profissional das assistentes sociais da Prefeitura de Florianópolis possibilitou uma compreensão maior do processo de trabalho dessas profissionais e, a partir da observação, fez brotar sentimentos de solidariedade para com estas trabalhadoras. Sem dúvida, esta foi a razão que motivou a construção deste trabalho.

A análise histórica da precarização das condições de trabalho das assistentes sociais da Prefeitura Municipal de Florianópolis nos deu subsídios para compreendermos, mesmo que introdutoriamente, como o Serviço Social — enquanto profissão — se coloca no atual contexto político da sociedade capitalista. Período esse marcado pela lógica neoliberal e inúmeras transformações no mundo do trabalho.

Conforme ponderamos no corpo deste trabalho, o exercício profissional encontra várias limitações que — se não compreendidas histórica e politicamente — acabam por remeter a culpa da “impossibilidade da intervenção” às próprias profissionais.

O desejo de redirecionar a prática é essencial, porém insuficiente para transformar a realidade. Assim, como enfatizamos no trabalho, é necessário que este profissional se compreenda enquanto vendedor de sua força de trabalho e não enquanto aliado do estado democrático burguês. Dessa forma, podemos afirmar que o primeiro passo para a criação de uma “prática emancipatória” é a ruptura do discurso (e prática) dessa aliança, existente também no município de Florianópolis.

O avanço da política neoliberal, em conjunto com o crescimento do “terceiro setor”, vem marcando a ofensiva do Estado aos trabalhadores do setor público. Realidade essa que, no decorrer do trabalho, permitiu evidenciarmos (resumidamente) como o “terceiro setor” vem se apropriando de grande parte da política de contratação da PMF, trazendo prejuízos à qualidade de vida e de trabalho das assistentes sociais do POASF.

O “terceiro setor” — representado na Prefeitura de Florianópolis pela AFLOV e aliado à política da burguesia municipal — é responsável pela contratação de mais da metade das assistentes sociais lotadas na Prefeitura. Logo, tentam (des)responsabilizar a PMF pelas atuais condições de trabalho em que se encontram as assistentes sociais do setor público municipal. Acidentes de trabalho, doenças relacionadas à rotina do exercício profissional, o alto índice de

assistentes sociais afastados por estas doenças, entre outros fatores, relacionados à política de (des)valorização do servidor público municipal, marcam a *ausência* do Estado e a *penalização* das trabalhadoras.

Embora tenhamos refletido a respeito das diferenças das condições de trabalho entre as assistentes sociais concursadas e terceirizadas, lembramos que a precarização do trabalho atinge ambas de maneira acentuada. Os traços de exploração e miserabilidade atingem a categoria como um todo, independente do vínculo empregatício ou entidade contratante, contribuindo para a desqualificação profissional das assistentes sociais da Prefeitura de Florianópolis.

Foi no âmbito da análise da demanda do POASF por profissionais do Serviço Social que tentamos contribuir para que as assistentes sociais refletissem enquanto vendedoras de sua força de trabalho (em especial na necessidade de uma remuneração salarial mais justa). Aqui, talvez, encontra-se a principal contribuição desta monografia.

Lembramos que, segundo Antunes, “o “terceiro setor” não é uma alternativa efetiva e duradoura ao mercado de trabalho capitalista, mas cumpre um papel de funcionalidade [...]” (1999: 113). Esta funcionalidade se expressa, no município, pela economia em custos contratuais e pela flexibilização que o vínculo *terceirizante* do Terceiro Setor imprime às trabalhadoras.

Assim, contrapomo-nos à política da Prefeitura de Florianópolis, que considera a ampliação do Terceiro Setor como alternativa de enfrentamento de algumas das expressões da questão social. Portanto, acreditamos que uma alternativa concreta a este enfrentamento se daria, inicialmente, pela ampliação das equipes de trabalho da SCAIFDS (Secretaria Municipal da Criança, Adolescente, Idoso, Família e Desenvolvimento Social) por meio de concursos públicos.

Por fim, concluímos que a nossa pesquisa e reflexão sobre as conseqüências da precarização das condições de trabalho na PMF e as múltiplas conseqüências para o cotidiano das assistentes sociais se trata, como toda a precarização existente no mundo do trabalho, de uma realidade diretamente vinculada aos interesses da lógica do capital.

REFERÊNCIAS

- ABONG – **Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais**. São Paulo, 2006.
Disponível em: <<http://www.abong.org.br>> Acesso em: 17 de maio de 2006.
- AGUENA, P. **Propostas em debate para o I CONAT**. In: *Marxismo Vivo, Revista de Teoria e política internacional*, São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, n. 12, 2005.
- ALVES, G. **Crise da globalização e lógica destrutiva do capital: notas sobre o sócio metabolismo da barbárie**. *Katálysis*, Florianópolis, v. 7, n. 1, p. 31-34, jan/jun 2004.
- ANDERSON, P. **Balanço do neoliberalismo**. In: SADER, E. & GENTILI, P. (Orgs). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- _____. **Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 6ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.
- BOSCHETTI, I.; SALVADOR, E. da S. **A Reforma da Previdência Social no Brasil e os Impactos sobre o Mercado de Trabalho**. In: *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, nº 70, Ano XXIII, p. 114-139, 2002.
- BOTTOMORE, T. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- BRASIL. Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente.
- BRASIL. Decreto Lei nº 200 de 25 de fevereiro de 1967.
- BUTLER, E. **A contribuição de Hayek às idéias políticas e econômicas de nosso tempo**. Tradução de Carlos dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1987.
- CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. **Estatuto dos Servidores Públicos Municipais**, 2003.
- CFESS. **Código de Ética do Assistente Social**. Brasília: CFESS, 1993.
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- COGGIOLA, O. **O Capital Contra a História: gênese e estrutura da crise contemporânea**. São Paulo: Xamã, 2002.

COUTO, B. R. **O processo de trabalho do Assistente Social na esfera municipal.** In: Capacitação em Serviço Social e Política Social: Módulo 2. Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais. Brasília, CFESS / ABEPSS / CEAD / UnB, 1999.

Dados gerais sobre inflação. Disponível em: <www.portalbrasil.net> Acesso em: 17 de maio de 2006.

DIAS, E. F. **Reestruturação Produtiva: forma atual da luta de classes.** Disponível em: <http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/01/out01_03.pdf> Acesso em: 27 de maio de 2006.

ENCICLOPÉDIA LIVRE. **Just in time.** Disponível em: <<http://www.wikipedia.org>> Acesso em: 20 de maio de 2006.

ENCICLOPÉDIA LIVRE. **Subemprego.** Disponível em: <<http://www.wikipedia.org>> Acesso em: 22 de maio de 2006.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HARVEY, D. **Condição Pós-moderna.** 14ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HIRATA, H. **Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

HOBBSBAWM, E. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914 - 1991.** 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, O. **A Era do Globalismo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

IAMAMOTO, M. V. **A questão Social no Capitalismo.** In: *Temporalis, Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social* – ABEPSS. Ano II, n. 3 – 2ª ed. 2004.

_____. **O trabalho do Assistente Social frente às mudanças do padrão de acumulação e de regulação social.** In: Capacitação em Serviço Social e Política Social: Módulo I: Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social. Brasília: CEAD, 1999. p. 112 – 126.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

KAMEIAMA, N. **Notas introdutórias para a discussão sobre reestruturação produtiva e Serviço Social.** In: MOTA, A. E. (org.). *A nova fábrica de consensos.* São Paulo: Cortez, 1998.

LINS, H. N. **Reestruturação Industrial em Santa Catarina: pequenas e médias empresas têxteis e vestuaristas catarinenses perante os desafios dos anos 90.** Florianópolis: Editora da UFSC, 2000.

LIPIETZ, A. **Miragens e Milagres: problemas da industrialização no terceiro mundo.** São Paulo: Nobel, 1988.

MARCONSIN, C; FORTI, V. L. **Em tempos neoliberais, o trabalho dos assistentes sociais em cena**. In: SERRA, R.(Org.). Trabalho e Reprodução: enfoques e abordagens. São Paulo: Cortez, 2000.

MARX, K. **Processo de trabalho e o processo de produção de mais-valia**. In: O capital: crítica da economia política. Parte III. Cap. VII. Vol. I. Disponível em: <www.marxists.org>. Acesso em: 28 de maio de 2006.

MEDEIROS, M. **A Trajetória do Welfare State no Brasil: Papel Redistributivo das Políticas Sociais dos Anos 1930 aos Anos 1990**. 2001. Disponível em <www.ipea.gov.br> Acesso em: 14 de junho de 2006.

MELO, A. I. S. C.; ALMEIDA, G.E.S; MATTOS, U.A.D. **Na corda bamba do trabalho precarizado: a terceirização e a saúde dos trabalhadores**. In: MOTA, A. E. (Org.) A nova fábrica de consensos. São Paulo: Cortez, 1998.

MONTAÑO, C. **Terceiro Setor e Questão social: Crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MOTA, A. E. e AMARAL, A.S. **Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e serviço social**. In: MOTA, A. E. (Org.) A nova fábrica de consensos. São Paulo: Cortez, 1998.

NETO, J. A. D. **O Estado neoliberal e seu impacto sócio-jurídico**. In: Maccalóz, M. S. (Org.). Globalização, Neoliberalismo e direitos sociais. Rio de Janeiro: Destaque, 1997.

NETTO, J. P. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. Coleção Questões da nossa época, v. 20. São Paulo: Cortez, 1993.

NOGUEIRA, C. M. **A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização**. Campinas: Autores Associados, 2004.

PAZ, R. D. O. da. **As organizações não-governamentais e o trabalho do assistente social**. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social: Módulo 2: Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social – Brasília: CEAD, 1999.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. **Organograma da Prefeitura Municipal de Florianópolis**. Disponível em: <http://www.pmf.sc.gov.br> Acesso em: 19 de maio de 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. **Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar**. Ano 2004.

RIFKIN, J. **O Fim dos Empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho**; Tradução de Ruth Gabriela Bahr; revisão técnica de Luiz Carlos Merege, São Paulo: Makron Books, 1995.

SERRA, R. M. S. **O Serviço Social e os seus empregadores: O mercado de trabalho nos órgãos públicos, empresas e entidades sem fins lucrativos no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: UERJ, Faculdade de Serviço Social, 1998.

SOUZA, E. D. **A importância da orientação e do apoio sócio familiar no âmbito escolar**. Florianópolis, 2005. Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do título de bacharel em Serviço Social - Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina

TORRES, I. C. **As primeiras-damas e a assistência social: relações de gênero e poder**. São Paulo: Cortez, 2002.

VERCHAI, J. K. **Relatório de Estágio Curricular Obrigatório**. Departamento de Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, Semestre 2005/02.

Brasil: a reforma da reforma. In: *Jornal Opinião Socialista*. 238 ed. São Paulo, Ano X, 2006.

APÊNDICES

APENDICE A – fluxograma do atendimento às famílias realizado pelo POASF.

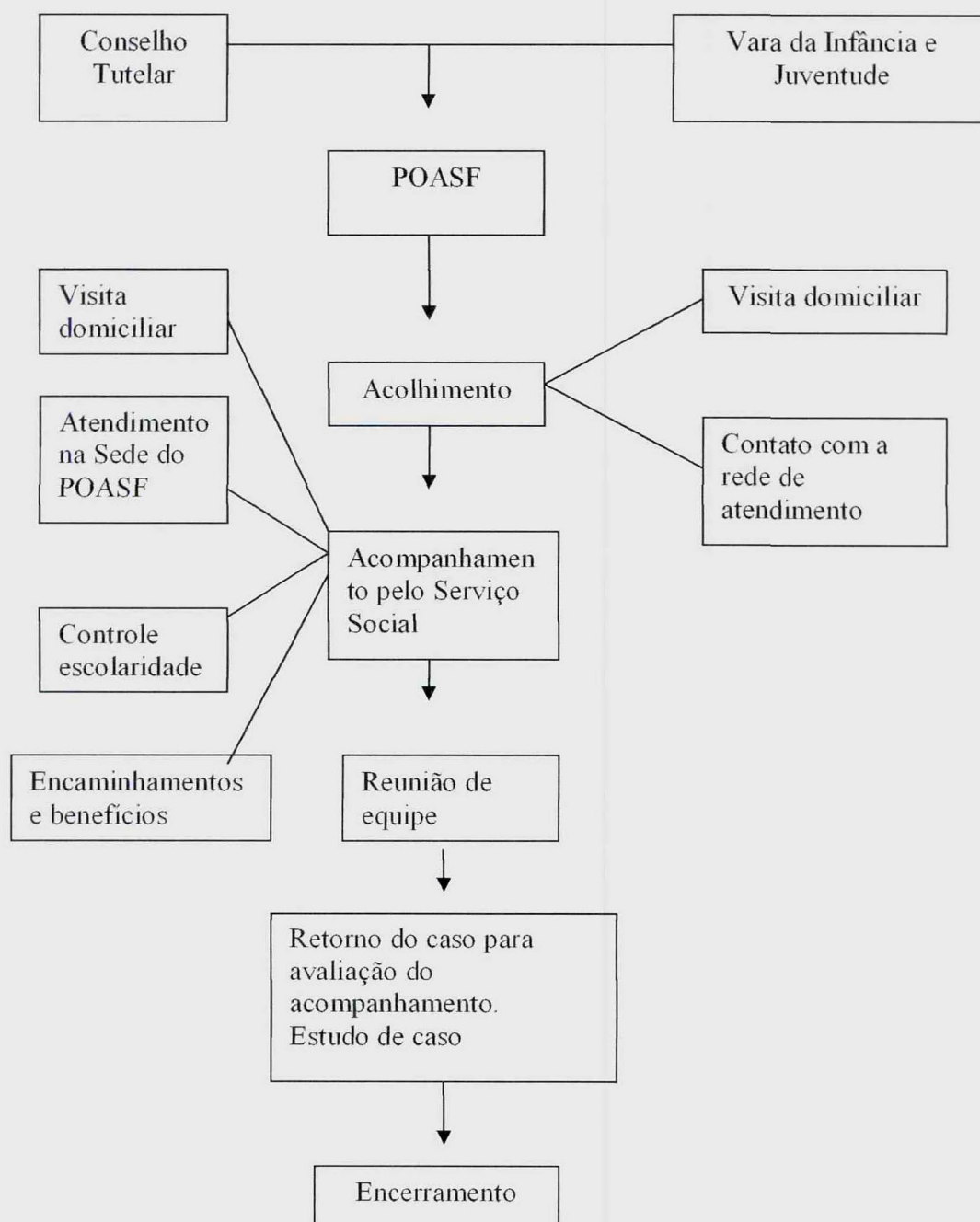


Ilustração 1 – Fluxograma do atendimento às famílias atendidas pelo POASF.

Fonte: Relatório de estágio 2005/02

APÊNDICE B – Ilustração 2 – Complexo Ilha da Criança e o número de assistentes sociais lotadas por Programa.

Fonte: Coordenação dos programas citados. Elaboração própria.

COMPLEXO ILHA DA CRIANÇA – PMF.

Bloco A:

PETI – L.A – POASF – Sentinela .

Número de assistentes sociais lotados: **34**
(trinta e quatro)

Bloco C:

Abrigo para
meninos.

Número de
assistentes sociais
lotados: **00**
(nenhuma)

Bloco B:

Programa Criança Fazendo Arte.

Número de assistentes sociais
lotados: **00 (nenhuma)**

Bloco D:

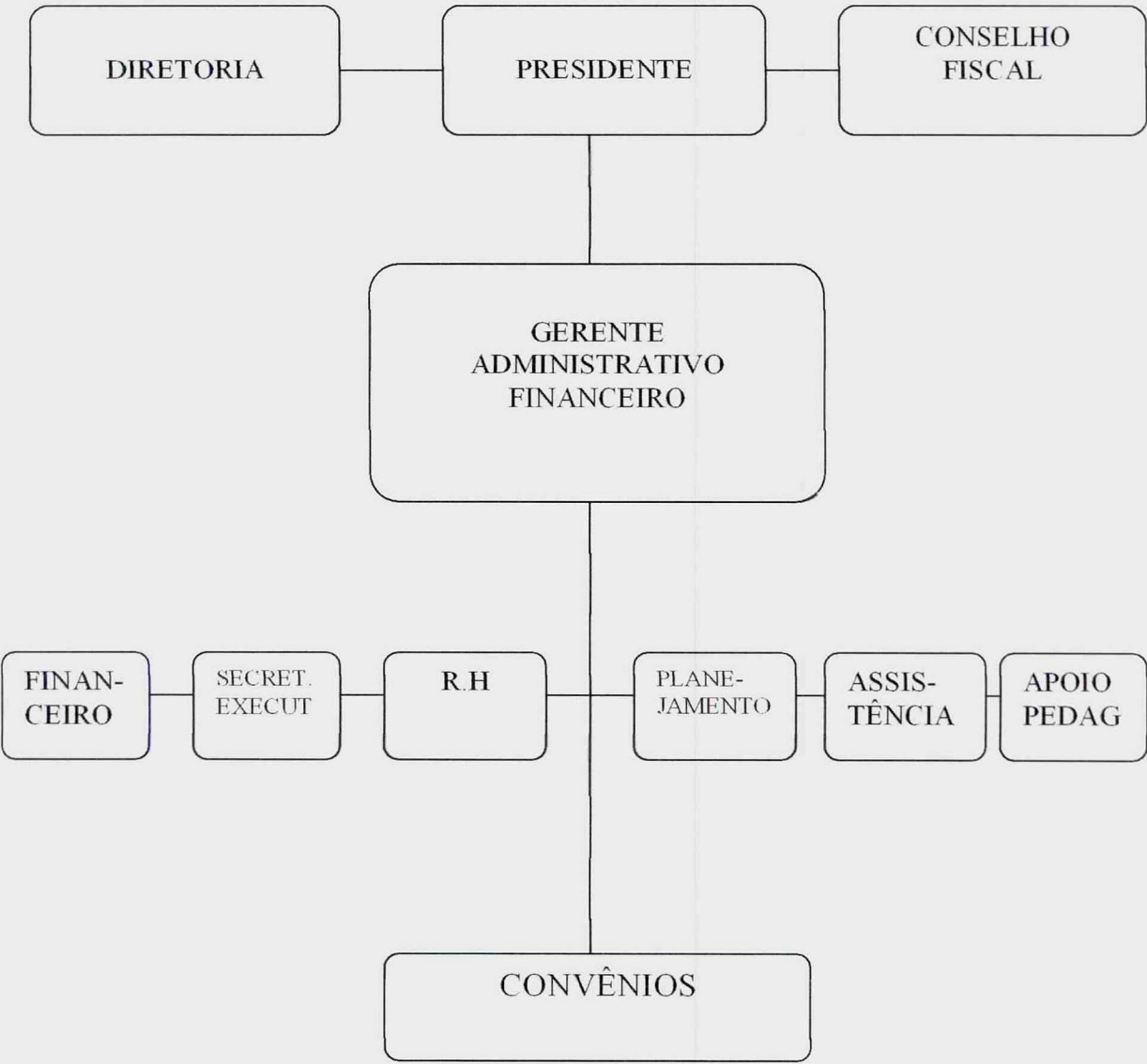
Brinquedoteca.

Número de assistentes
sociais lotados: **00**
(nenhuma)

ANEXOS

ANEXO A – Organograma da AFLOV.

Fonte: Gerência da AFLOV



ANEXO B – Demonstrativo de pagamento de uma assistente social “concursada” no ano de 2002. Documento cedido pela assistente social ***** ***** *****.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
Secretaria da Administração

Demonstrativo de Pagamento

Demonstrativo de Pagamento		Mês: MARCO/2002		
Funcionário: *****_*****		Tabela/Classe/Nível: 3/10/01		
Secretaria: 14-SECR CRIAN ADOL IDOSO FAM E DESEN SOCIAL				
Lotação: *****-GEREN.DA FAMIL, CRIANCA E DO ADOLECENTE				
Cargo: *****-ASSISTENTE SOCIAL				
Código	Evento	Referência	Proventos	Descontos
0020	VENCIMENTO ESTATUTARIO		512,56	
5520	FUNDO DE PREVIDENCIA			41,00
		Totais:	512,56	41,00
			Líquido:	471,56
Base Fundo/INSS: 512,56				

0001 ASSOC FLORTIANOPOLITANA VOLUNTARIAS		RECIBO DE	
CONV. SECR. DES. SOCIAL, CENTRO - FLORTIANOPOLIS, 88010/002		PAGAMENTO	
PERIODO: 01/03/2002 A 31/03/2002		MENSAL	
[Redacted]		ASSIST SOC/GERAL	DPTO: 021
[Redacted]		[Redacted]	[Redacted]
OCCORRENCIA	REFERENCIA	VENCIMENTOS	DESCONTOS
001 HORAS NORMAIS	162,00	794,70	
284 CONTRIBUICAO SINDICAL 1	883,00		29,43
302 INSS	11,00		87,41
TOTAL PROVENTOS/DESCONTOS ==>		794,70 ==>	116,84
TOTAL LIQUIDO ==>			677,86
FGTS:	63,57		
RECEBI EM: / /	ASSINATURA:		

ANEXO D – Demonstrativo de pagamento de uma assistente social no ano de 2006.
Documento cedido pela assistente social *****

Prefeitura Municipal de
Florianópolis

Demonstrativo de Pagamento

Nº Sequencial Mês/Ano
1/1 06900 03/2006

Secretaria

SECR CRIAN ADOL IDOSO FAM E DESEN SOCIAL 143

Lotação

GEREN.DA FAMIL, CRIANCA E DO ADOLECENTE 143000

Nome Funcionário

Matrícula

Cargo

ASSISTENTE SOCIAL

Admissão

01/04/2004

C. Hor.

30

Tabela Classe/Nível

3/10/05

CPF

Banco

BB

Agência

S

Conta Corrente

CODIGO	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA	PARCELA	VALOR
PROVENTOS				
0020	VENCIMENTO ESTATUTARIO			764,57
0079	DIFERENCA DE PROMOCAO II		02/06	83,22
3735	AUXILIO LANCHE	22,00 DIAS		132,00
DESCONTOS				
5520	FUNDO DE PREVIDENCIA	8,00 %		67,82
5710	SINTRASEM - MENSALIDADE	1,50 %		11,47
7037	AUXILIO LANCHE REC INDEVIDO	3,00 DIAS		18,00
8001	BANCO DO BRASIL FINANCIAMENTO		14/36	83,35

FGTS	Base Cálculo FGTS	Total Proventos	Total Descontos
		979,79	180,64
Base Cálculo INSS FPrev	Base Cálculo IRRF	VALOR LÍQUIDO ►	799,15
847,79			

Recibo de Pagamento de Salário

001 ASSOC FLORIANOPOLITANA VOLUNTARIOS FLORIANOPOLIS (SC) CNPJ 75.372.631/0001.30								05/2006	
Código	Nome do Funcionário	CBO	Emp. Local	Depto.	Setor	Seção	Fl.		
	ASSISTENTE SOCIAL	251605	001	027	000	000	000	01	
		Data Admissão: _____							

Cód.	Descrição	Referências	Vencimentos	Descontos	
001	Horas Normais	130,00	1.265,55		
001	Adic. Tempo Serviço	4,00	50,62		
002	Insalubridade	130,00	70,00		
302	INSS	7,00		124,75	
052	Ticket Refeição	33,00		17,60	
			Total de Vencimentos	Total de Descontos	
			1.386,17	142,35	
O Valor Líquido foi Depositado no			Valor Líquido →	1.243,82	
BANCO DO BRASIL Conta: _____					
Salário-Base	Sal. Contr. INSS	Base de Calc. FGTS	FGTS do mês	Base de Cálculo IRRF	Faixa IRRF
1.265,55	1.386,17	1.386,17	110,32	1.380,20	0,00

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA

07/06/06

DATA

ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO